

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a agricultura

Área Temática: Crédito para Agricultura Familiar

Período de Análise: 01/12/2015 a 31/12/2015

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Jornal Folha de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiárias: Ananda da Silveira, Daniele Rocha e Marielle Mattos

Índice

Destinação de 24,7 mil hectares à reforma agrária beneficia quase 500 famílias no Sul do Pará – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 01/12/2015	5
“Não temos tempo de esperar 4 mil anos”: povo Gamela retoma território tradicional no Maranhão – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 01/12/2015	5
Incrá cria assentamento com capacidade para 45 famílias no município de Ipameri/GO – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 02/12/2015	7
Sem Terra retomam ocupações na cidade de Formosa em Goiás. Site do MST. 02/12/2015	8
Manifestantes ocupam Incra em João Pessoa em defesa da Assistência Técnica. Site do MST. 02/12/2015	8
Mineração: o banqueiro predador e o sonho dos assentados. Najar Tubino. Carta Maior, 03/12/2015	9
Sem Terras são despejados da fazenda Saco do Céu em Nova Andradina. Site do MST. 03/12/2015.....	12
MST ocupa fazenda no Paraná e exige sua desapropriação para reforma agrária. Site do MST. 03/12/ 2015	13
Minuta de MP autoriza empreendimentos de infraestrutura em terras indígenas. Daniel Rittner – Valor Econômico. 03/12/2015.....	13
Mais segurança no registro de terras. Mateus Zimmermann. Site do MDA. 07/12/2015.....	14
Convênio prevê a implantação de 170 agroindústrias em assentamentos da BA. Site do MST. 07/12/2015.....	14
Jovens usam Excel para aprimorar agricultura familiar. Sara Abdo – Jornal O Estado de São Paulo. 09/12/2015	15
Em maioria, ruralistas tensionam CPI da Funai. Site do MST. 10/12/2015	16
PGFN e Incra se unem em busca de imóveis. Beatriz Olivon – Valor Econômico. 10/12/2015.....	18
Fazenda e Incra anunciam acordo para acelerar reforma agrária – Valor Econômico. 10/12/2015.....	19
Incrá transforma área emblemática de conflito agrário em dois assentamentos no Sul do Pará – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 10/12/2015.....	19
Incrá cria o assentamento de número 301 em Goiás – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 10/12/2015	20
Imóveis de devedores poderão ser destinados à reforma agrária. Bárbara Nascimento – Jornal O Globo. 10/12/2015	21

Parceria entre Incra e governo do Acre garante regularização ambiental em assentamento – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 10/12/2015	21
Incra recebe posse de imóveis que irão beneficiar 146 famílias na região de Araçatuba (SP) – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 11/12/2015	22
Terras de devedores da União para reforma agrária. Site do MDA. 11/12/2015....	23
Mais 200 produtores rurais com terra regularizada. Site do MDA. 14/12/2015	24
Ruralistas cedem para liberar venda de terras. Cristiano Zaia – Valor Econômico. 14/12/2015.....	25
Comunidade quilombola recebe posse de terras no Ceará – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 14/12/2015.....	27
Assentados gaúchos colhem 45 toneladas de amora preta no primeiro mês de produção – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 15/12/2015	27
"Reforma agrária é prioridade", reafirma Patrus. Ranyelle Andrade. Site do MDA. 16/12/2015.....	29
"Está em curso um ataque deliberado contra os povos indígenas", afirma secretário do CIMI. Site do MST. 17/12/2015.....	30
"Essa é uma vitória das famílias do MST, da Reforma Agrária e da Agroecologia". Site do MST. 17/12/2015	31
CMN prorroga prazo para formalizar renegociação de débito fundiário – Valor Econômico. 17/12/2015.....	32
Projetos de Lei do Senado visam adequar Leis Trabalhistas urbanas aos Trabalhadores Rurais – CNA. 17/12/2015.....	32
Incra recebe posse de imóveis para primeira titulação de território quilombola no Ceará – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 17/12/2015	33
Terras de Quilombo. Estocagem de cebolas em quilombo gaúcho. Gabriella Bontempo. Site do MDA. 21/12/2015.....	35
Reforma agrária é prioridade da juventude brasileira. Tássia Navarro. Site do MDA. 22/12/2015.....	36
Incra/RO e Sedam intensificam ações para inscrição de lotes de assentamentos no CAR – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 22/12/2015.....	37
Justiça reconhece domínio público de área ocupada por empresa no Paraná – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 22/12/2015	38
Incra, Polícia Federal e MPF atuam para regularizar assentamentos em Rondônia – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 22/12/2015	39
Programa Minha Casa Minha Vida Rural beneficia 68 famílias assentadas no Sertão pernambucano – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 23/12/2015.....	40
Latifundiário ameaça 150 famílias Sem Terra na Bahia. Site do MST. 26/12/2015	40
Território quilombola Cajá dos Negros tem planta final aprovada – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 28/12/2015.....	41

Incra/BA ajuíza nove ações de desapropriação em 2015 – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 30/12/2015	41
Cooperativa de assentados constrói fábrica de rações – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 30/12/2015	42

Destinação de 24,7 mil hectares à reforma agrária beneficia quase 500 famílias no Sul do Pará– Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 01/12/2015

A criação de dois assentamentos em municípios situados na área de atuação da Superintendência Regional do Incra no Sul do Pará – sede em Marabá – beneficiará quase 500 famílias de trabalhadores rurais. O maior deles fica em Santa Maria das Barreiras. A antiga Fazenda Jahú, com 23.381 hectares, abrigará 463 famílias. Já o assentamento Cristo Rei II, no município de Conceição do Araguaia, tem 1.366 hectares e contará com 34 unidades agrícolas familiares.

As prefeituras municipais são responsáveis pela inclusão das famílias no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) do Governo Federal, que contém informações como escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras. No caso dos futuros assentados em Conceição do Araguaia, de acordo com Secretaria de Assistência Social do município, essa etapa já foi cumprida. Ao figurarem no cadastro, as famílias podem ser atendidas pelo Brasil Sem Miséria, programa coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

No assentamento Jahú, em Santa Maria das Barreiras, o Incra e a prefeitura local estão promovendo ações durante esta semana para agilizar o cadastro e a seleção dos candidatos. “Espero que todas as famílias selecionadas estejam em Relação de Beneficiários até o final deste mês e quero entregar os Contratos de Concessão de Uso até o final do mês de janeiro”, afirma o superintendente do Incra no Sul do Pará, Paulo Garcia.

A chefe da Unidade Avançada do Incra em Conceição do Araguaia, Vânia Carvalhais Marques, fala da importância da criação do assentamento, que, além de descentralizar o acesso à terra e melhorar as condições de vida das famílias, contribuirá para o desenvolvimento do município. “A criação de um projeto de assentamento ultrapassa, assim, as fronteiras políticas e ideológicas, pois sua dinâmica reflete não somente a melhoria da qualidade de vida dos assentados, como também o desenvolvimento social, econômico, ambiental e cultural da região”, analisa.

A Superintendência Regional do Incra no Sul do Pará supervisiona um total de 506 projetos de assentamentos, atendendo a cerca de 72 mil famílias de agricultores assentados.

“Não temos tempo de esperar 4 mil anos”: povo Gamela retoma território tradicional no Maranhão – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 01/12/2015

O povo Gamela realizou, entre os dias 27 e 29 de novembro, sua II Assembleia. Após a Assembleia, os indígenas decidiram pela retomada de seu Território Tradicional, que aconteceu na madrugada desta segunda-feira (30). Confira:

“Vamos minha gente jogar flecha no ar (bis)

Estão derrubando as palmeiras que ainda tem neste lugar (bis).

Vamos derrubar o arame para a terra libertar(bis).”

Com o tema “Revitalizando a cultura e tecendo nosso futuro”, o povo Gamela realizou, entre os dias 27 e 29 de novembro, a II Assembleia do povo, no seu território, a qual contou a presença de indígenas do Povo Krenyê e do povo Ka’apor, e foi acompanhada por representantes da Associação Nacional de Ação Indigenista (Anai), de grupos de

estudos da Universidade Federal do Maranhão (NURUNI, Nera), do Cimi e da Comissão Pastoral da Terra do Maranhão.

Após a assembleia, o povo Gamela decidiu partir para a retomada de seu território tradicional, que aconteceu na madrugada desta segunda-feira, dia 30. Com a intenção de pressionar a Funai a abrir o processo de demarcação da terra tradicional e vítimas de uma situação de confinamento, degradação ambiental e invasões constantes, cerca de 100 indígenas do povo Gamela, acompanhados por lideranças quilombolas e do povo Krenyê, retomaram uma fazenda que incide sobre o território tradicional e é denunciada pelos indígenas como fruto de grilagem.

A II Assembleia do povo Gamela

Durante os dias 27 e 29, com muita cantoria, animação, colaboração, num tempo próprio e com indignação frente à destruição ambiental no seu território, conforme fala o toré, ao som do maracá e pisada forte no chão, o povo Gamela refletiu sobre a situação que está vivendo e definiu ações para construir um projeto de futuro.

A memória do processo de luta pelo reconhecimento étnico e territorial que começou em 2013 apontou para a necessidade de superar os conflitos internos, causados por práticas colonialistas e seguir em frente. Refletiram sobre o momento conjuntural marcado por fortes ameaças aos direitos indígenas e de comunidades tradicionais como a PEC 215, os projetos do agronegócio, como o Matopiba, que avançam sobre o cerrado, as contínuas queimadas criminosas que afetam os territórios indígenas Araribóia, Alto Turiaçu, Awá, Caru e Geralda Toco Preto, as ameaças a lideranças do povo Ka'apor e do Povo Gamela. Se animaram com as histórias de lutas de resistência e insurgência dos povos indígenas e comunidades tradicionais para manter o seu modo de vida.

Toda a assembleia foi contagiada por cantos, danças e rituais dos três povos indígenas compartilhando lutas, estratégias e sonhos. O povo Krenyê participou do momento de debate, mas, sobretudo, na preparação de um ritual de batizado, com Beberubu (comida tradicional), corrida de tora, cantos, pinturas, nomes na língua, contribuiu para a revitalização da cultura Gamela.

Com a experiência de autogestão e autoproteção partilhada pelo povo Ka'apor, e pelos quilombolas do território Camaputua, o povo Gamela apontou flechas para o futuro, tecendo um acordo de convivência e organização.

Entre as decisões tomadas pelos Gamela, estava a necessidade de retomar o território que foi tirado do povo. No encerramento da assembleia, os indígenas fizeram uma manifestação parando a MA 014 por quase uma hora e seguiram em caminhada dentro das comunidades do território.

“Não temos tempo de esperar 4 mil anos”

A retomada de uma fazenda dentro do território tradicional ocorreu na madrugada desta segunda-feira (30/11), após a decisão do povo Gamela de não esperar mais e pressionar a Funai para que inicie o processo de demarcação da terra reivindicada pelos indígenas.

A fazenda retomada fica dentro de uma área de 14 mil hectares reivindicada pelo povo gamela, a qual lhes foi doada pelo Estado do Brasil ainda no período colonial, no ano de 1759. Desde então, o território foi sendo invadido e grilado, e o povo Gamela foi sendo confinado em um espaço cada vez menor.

Atualmente, mais de 700 famílias do povo Gamela vivem numa área de apenas 530 hectares, sem espaço para praticar agricultura e, ainda, sofrendo com a grilagem e a destruição de árvores e plantas importantes para sua sobrevivência, como é o caso dos açazais, utilizados para alimentação, e dos guarimãs, cuja palha é utilizada para confecção de artesanatos.

Os Gamela denunciam que, na fazenda ocupada, áreas inteiras de açazais e guarimãs foram destruídas para a construção de açudes.

Há algum tempo, frente à deterioração de seu território e à situação de confinamento a que foram sendo submetidos ao longo dos anos, os Gamela vêm buscando a regularização de seu território tradicional junto à Funai.

Uma liderança ouvida pela reportagem, cuja nome não é revelado por questões de segurança, contou que os Gamela foram a Brasília reivindicar o início do processo demarcatório para a Funai, mas foram informados de que não seria possível abrir um novo processo, pois já havia muitos outros em andamento. “Depois, nos disseram na Funai que o nosso processo seria o de número 401 ou 402, porque já tem outros 400 na frente. E disseram que cada processo leva em torno de dez anos pra ser concluído. Mas nós não temos tempo de esperar 4 mil anos”, afirmou a liderança.

Cerca de 100 indígenas das comunidades Gamela de Taquaritiua, Centro de Antero, Nova Vila e Tabocal encontram-se na retomada e pretendem resistir na área e pressionar a Funai a iniciar o processo de demarcação da “Terra dos Índios”, como eles chamam o território reivindicado.

Segundo o indígena ouvido pela reportagem, o dono da fazenda retomada já ameaçou os Gamela, que temem a ação de pistoleiros durante a noite. “O invasor esteve duas vezes aqui. Ele ameaçou trazer a polícia ou, caso não consiga, nos expulsar ‘de outra forma’”. O Ministério Público Federal (MPF) já foi avisado da retomada e a Funai deve ser notificada ainda hoje.

Inkra cria assentamento com capacidade para 45 famílias no município de Ipameri/GO – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 02/12/2015

A Superintendência Regional do Incra em Goiás criou outro assentamento da reforma agrária no estado: Pequena Vanessa, localizado no município de Ipameri, que tem cerca de 26 mil habitantes e fica distante 200 quilômetros de Goiânia, na região Sudeste do estado. No total, 45 famílias de trabalhadores rurais sem terra serão beneficiadas diretamente com a criação do assentamento.

O assentamento, de 1.929 hectares, teve a portaria de criação publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta quarta-feira (2). Ele foi criado no imóvel rural Fazenda Buriti/Corumbá Velho, declarado de interesse social para fins de reforma agrária.

Agora se iniciarão os trabalhos de homologação da área para, em seguida, ser feito o sorteio dos lotes. A assistência técnica para as famílias assentadas entrará no próximo edital de chamada pública a ser aberto pelo Incra/GO. Os beneficiados receberão o Crédito Apoio Inicial I no valor de R\$ 2.400,00 para começar suas atividades produtivas nos lotes.

Estudos do Incra/GO indicam que o imóvel rural tem potencial para desenvolver produção em pecuária leiteira e fruticultura.

Sem Terra retomam ocupações na cidade de Formosa em Goiás. Site do MST. 02/12/2015

As cerca de 400 famílias mobilizadas reivindicam 1700 ha de terra, que se encontram improdutivos, para morar e produzir alimentos.

Na madrugada deste último domingo (29), trabalhadoras e trabalhadores rurais sem terra, ocuparam os arredores da Fazenda Boqueirão, denominada de projeto Paranã, no município da cidade de Formosa em Goiás.

As cerca de 400 famílias mobilizadas reivindicam 1700 ha de terra, que se encontram improdutivos, para morar e produzir alimentos. De acordo, Marco Baratto, da coordenação do MST no DF, "a atividade marca a retomada das ações no Vão do Paraná, Entorno do Distrito Federal, e tem como objetivo a luta pela terra e por políticas de desenvolvimento para a região. Além de, fazer a disputa agrária que historicamente tem seu contexto dominado por grandes latifundiários."

A Fazenda Boqueirão, pertencia a Pedro Celestino Chaves, conhecido como Nikita Chaves, que no período da ditadura militar grilou as terras da serra comprida, no Vale do Paranã. Atualmente, o proprietário do imóvel é o Deputado Estadual Pedro Chaves (PMDB), filho de Nikita, que mantém a herança de concentração fundiária do pai.

Manifestantes ocupam Incra em João Pessoa em defesa da Assistência Técnica. Site do MST. 02/12/2015

As organizações denunciam o corte dos recursos do MDA que compromete a continuidade das ações do Programa do ATES, que assessora 12.233 famílias em 254 assentamentos por meio de 250 agentes técnicos apenas no estado da Paraíba.

Assentados da Reforma Agrária e técnicos agrícolas ocuparam o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) de João Pessoa nesta terça-feira (1).

A ação visa defender a Assistência Técnica nos Assentamentos da Reforma Agrária e repudiar as medidas de corte orçamentário do governo federal. As organizações denunciam o corte dos recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que compromete a continuidade das ações do Programa de Assistência Técnica, Social e Ambiental (ATES), que assessora 12.233 famílias em 254 assentamentos por meio de 250 agentes técnicos apenas no estado da Paraíba.

Os projetos atuais contam com um volume de R\$ 37.617.821,76 alocados em 11 contratos dispostos em núcleos que abrangem 14 territórios rurais.

Para os manifestantes, com a atual dificuldade estrutural do governo federal em realizar de fato a reforma agrária, e com insuficientes recursos para a manutenção da política de ATER no país, toda a proposta estria ameaçada pelos interesses conciliados entre o governo federal e o Incra.

Eles ainda denunciam que esta situação está afetando frontalmente as conquistas da população do campo, como programas construídos a partir das reflexões com os movimentos populares, como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), a Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), o Programa de ATES, entre outros.

O programa de Reforma Agrária, que já estava debilitado, sofreu com o corte de 64% no Orçamento do MDA e do INCRA. Além disso, esses órgãos ainda sofrem ameaças de fechamento. Os movimentos e organizações que ocuparam o Incra em João Pessoa entregaram a pauta de reivindicação ao Superintendente adjunto. O objetivo principal é discutir demandas atrasadas tanto na obtenção de terras como no acesso aos créditos, exigindo a liberação imediata de R\$ 15 milhões de orçamento para pagamento de contrato de ATES e de R\$ 6 milhões para pagamento de notas já solicitadas pelo INCRA; o atendimento da demanda de projetos TERRA SOL; a inclusão de novas mulheres para acesso ao fomento mulher; a liberação de recursos para implantação e estruturação das feiras; a liberação dos créditos de apoio inicial nos assentamentos e fomento; emissão de autorizações ambientais para uso alternativo do solo; e a vistoria em áreas com processos abertos. As negociações iniciaram na tarde da terça-feira (2) e seguem na quarta pela manhã.

Mineração: o banqueiro predador e o sonho dos assentados. Najjar Tubino. Carta Maior, 03/12/2015

O assentamento Roseli Nunes está localizado a 90 km da cidade, no município de Mirassol d' oeste (MT), onde 331 famílias, em torno de 1.500 pessoas e uma escola estadual com 400 alunos movimentam a vida de uma antiga fazenda, cujo proprietário – um coronel aposentado, da família Prata – ameaçava os sem-terra de morte. O sonho da terra foi uma luta durante oito longos anos. O assentamento completa 13 anos de existência oficial em 2015, conta com a Associação de Produtores Agroecológicos (ARPA), produz mais de 200 toneladas de hortaliças, distribuídos em escolas, creches e asilos de vários municípios da região. Nélio Gomes de Souza é o presidente da entidade e também vereador em Mirassol. Ele é mineiro, nasceu em Ipatinga, no Quadrilátero Ferrífero. Fugiu da mineração décadas atrás e agora enfrenta a indústria da extração novamente. Neste caso uma empresa chamada Bemisa – Brasil Exploração Mineral S/A -, controlada pelo Grupo Opportunity, do banqueiro predador Daniel Dantas. Depois que suas relações com o poder na era FHC começaram a dissolver, e as brigas judiciais dentro do setor telefônico aumentavam, nos anos 2000, ele começou a migrar os seus investimentos. Comprou 500 mil hectares de terra no Pará e virou pecuarista. E montou a Global Mine Exploration (GME4) e passou a registrar sucessivos pedidos de lavra no Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM. Em 2009 eram 1.381, envolvendo ferro, ouro, diamante, terras raras e fosfato.

Daniel Dantas e o maior banco de ativos minerais

As notas nas colunas de economia relatavam a última sacada do economista gênio, cria do falecido contrerrâneo, Antônio Carlos Magalhães: o maior banco de ativos minerais da América Latina. Na verdade perseguia a trilha de Iene Batista, porém, sem ter um pai especialista em minérios. A Bemisa, criada em 2007, executa estes projetos que eram apenas pedidos de pesquisa de lavra. São oito projetos em seis estados. A única operação mineral começou com a mina Baratinha, no Vale do Aço em 2014. Mas também envolvem o sul do Piauí, onde descobriram mais de dois bilhões de toneladas de ferro e pretendem explorar a partir de 2016, para infortúnio e sofrimento das comunidades de Curral Novo do Piauí assediadas por todos os lados para venderem as terras ou abandonarem a área. O roteiro dos extratores é velho, autoritário, ultrapassado, fora de contexto, mas continua sendo usado. Primeiro o anúncio de uma grande jazida, como ocorreu em Mirassol d' oeste, em 2010 pelo governador Sinval Barbosa (PMDB) com a descoberta de 450 milhões de toneladas de fosfato e 11 bilhões

de toneladas de ferro na região, o que caracterizaria um “novo pré-sal”. Uma mentira que não sustentaram por muito tempo, porque o Serviço Geológico do Brasil confirmou a existência dos minerais, mas no caso do ferro, com apenas 40% de pureza – é preciso 58% para validar a exploração. O fosfato precisaria de mais pesquisas e avaliações. Sem contar que a jazida é intercalada – por rochas fosfáticas e ferro. Uma tecnologia que somente a China possui, segundo comentários dos meios minerários.

Levar pânico aos moradores

Basta uma mentira desse tipo, para logo surgir um bando de aventureiros e especuladores interessados no negócio. E as terras dos assentados do Roseli Nunes abrigam parte da jazida. Na sequência uma geóloga do INCRA visitou o assentamento acompanhada de um engenheiro e pedindo autorização para a realização de sondagens. A gestora da Escola Estadual Madre Cristina, Maria José de Souza Gomes relatou o encontro: -“Nós fomos surpreendidos. Não tínhamos nenhuma informação. Resolvi perguntar sobre a ordem de serviço do INCRA para saber o motivo do trabalho. Ela não tinha. Ninguém concordou e eles foram corridos”. Este tipo de expediente é característica destes projetos pelo interior do país. As corporações lidam com a falta de informações, exercem seu autoritarismo com objetivo de assustar os moradores, normalmente despreparados para enfrentar tais situações. Levar o pânico faz parte do negócio, porque elas sempre têm pressa em começar a exploração. No caso do banqueiro predador mais ainda, porque ele recolhe dinheiro no mercado, de cotistas, que tem um prazo para receber o dinheiro de volta com os lucros contabilizados.

Não são milionários, mas produzem comida de verdade.

Ocorreram outros episódios desse tipo, até conseguirem fazer uma sondagem na terra de dois assentados, que quase foram expulsos do assentamento. Em outra ocasião, descobriram que uma equipe de sondagem estava próxima do assentamento e um grupo correu atrás e por pouco não vira uma tragédia, porque eles pretendiam queimar o carro da equipe. O Roseli Nunes é dividido em 23 núcleos, todos com coordenadores, além de uma coordenação geral. As propostas são discutidas nos núcleos e depois levadas à coordenação. Além do trabalho de conservação do ambiente, da água, do solo, da produção agroecológica e da pecuária leiteira eles mantêm uma área social – coletiva – onde produzem verduras, legumes e frutas. Não são milionários, não exportam commodities, produzem comida de verdade, sem veneno e cuidam da terra como o maior bem que possuem, porque ela registra a história de sofrimento de milhares de vidas. A proposta de exploração mineral na área do assentamento foi rechaçada pela maioria e eles pretendem enfrentar a situação, com tudo o que aprenderam nos últimos 20 anos. O banqueiro predador pode ter certeza que a exploração, como foi divulgada no assentamento, envolver a expropriação de 110 lotes, não será uma batalha simples. A Bemisa informa em seu site que em 2015 foi concluída a quarta e última campanha de sondagem do Projeto Jauru, é o nome oficial da exploração de fosfato e que ainda foi realizada uma sondagem de 15 mil metros. Também iniciará a construção da planta piloto, que começará operar em 2016 em Mirassol d’oeste, sudoeste do Mato Grosso, onde a linha ferroviária mais perto está em Rondonópolis, no sudeste.

Bemisa vai produzir fertilizantes fosfatados

Qual é a importância do fosfato no Brasil? É a fonte de fósforo dos fertilizantes químicos, sendo que a metade ainda é importada – 80% da rocha fosfática é Abastecida pelas empresas nacionais – basicamente Vale, que comprou a Fosfértil e Ultrafértil, a Cobras, da Anglo American e a Galvani, que tem um complexo de produção de fertilizantes na Bahia. É preciso explicar o seguinte: a Bemisa, conforme informação do

presidente, Augusto Cezar Calazans Lopes, executivo com experiência em Private Equity, vai produzir fertilizantes fosfatados, conforme testes da rocha avaliados pela USP, Fundação Gorceix e na UFMG. Os resultados demonstram a viabilidade técnico econômica para produção de concentrado fosfático e fertilizantes fosfatados. Um detalhe: a pesquisa foi financiada em parte com verba do FINEP, uma linha de financiamento público para quem investe em inovação tecnológica.

É uma operação química

Para explorar o ferro no sul do Piauí, que segundo a empresa custará mais de três bilhões de reais, 55% vai ser requisitado como financiamento via SUDENE. Aqui é necessário uma explicação: para transformar a rocha fosfática, onde está o elemento P_2O_5 – pentóxido de fósforo – precisa ser escavada ou explodida. Depois britada e moída, posteriormente lavada e sofrer um choque químico com ácido sulfúrico, senão o fósforo não é concentrado. O pentóxido de fósforo não é solúvel em água e precisa ser acidificado para ser usado como fertilizante. Resumo da ópera: não é uma operação de extração mineral, mas sim uma operação química, por isso mesmo as empresas que fazem a exploração em Cajati (SP), em Uberaba ou Cubatão tem complexos industriais, onde são explorados fertilizantes e produtos intermediários. O produto básico para chegar aos fertilizantes é o ácido fosfórico, que é o resultado do choque do ácido sulfúrico, depois de filtrado. Para cada tonelada de ácido fosfórico sobra como rejeito cinco toneladas de fosfogesso. No Brasil existem 150 milhões de toneladas de fosfogesso acumuladas. Parte dessa montanha é usada como gesso agrícola, ou industrial – na construção civil e aterros sanitários. Entretanto, o problema e as consequências da mineração sempre está nos detalhes. “- Todos os fertilizantes fosfatados de acordo com a origem da rocha podem conter vários metais, que podem ser considerados como micronutrientes e metais considerados tóxicos.” Trecho de um trabalho do IPEN, autarquia associada à USP. O Centro de Tecnologia Mineral (CETEM) é mais claro ao analisar a exploração em Cajati (SP), no Vale da Ribeira: “- O principal aspecto negativo do fosfogesso é a sua impureza, sobretudo devido a presença de fósforo, metais pesados, radioatividade e acidez residual. Poeira, infiltração no solo e águas ácidas das lagoas de decantação são alguns dos impactos causados pelo fosfogesso no solo”.

Metais pesados e radioatividade

A questão é que no Brasil não existem metodologias específicas e apropriadas para avaliação de metais em fertilizantes e condicionadores de solo, como é chamado o fosfogesso – não é o mesmo gesso oriundo da gipsita, um mineral que é a fonte de quase 100% no Brasil. Metais como chumbo cádmio e cromo, além do rádio estão presentes na rocha fosfática. Todos considerados tóxicos e cancerígenos mesmo em baixas concentrações. O que os assentados do Roseli Nunes vão enfrentar nos próximos anos é um complexo industrial, equivalente com o da Galvani na Serra do Salitre, em Angico Dias (BA): -Mina em lavra a céu aberto, usina de concentração, unidades de ácido sulfúrico, ácido fosfórico, acidulação, granulação de fertilizantes e fosfato bicálcico. Mais as barragens de rejeito e as lagoas de decantação. A Serra do Caeté, com sua mata exuberante- transição para a Amazônia-, com a biodiversidade característica, onde se encontra a área da jazida de fosfato na região, numa área de 70km², será detonada. Seus córregos e nascentes de água secarão. O ar será contaminado pela reação do ácido sulfúrico com a chuva, que gera chuva ácida. Enquanto isso, o banqueiro predador vai valorizando seus ativos até conseguir um comprador, talvez a Sinosteel

Corporation, cujos representantes estiveram no sul do Piauí para avaliar a operação do ferro.

Para encerrar: está no boletim semestral do DNPM 2015- “queda nos preços dos metais e fertilizantes que evidenciam menor demanda global por metais, China principalmente, problemas de excesso de oferta, elevados estoques, além da influência do dólar americano. Aumento na oferta de minério de ferro em função da entrada em operação de novas minas e aumentos na capacidade de produção na Austrália e Brasil, além do excesso de oferta de aço na China”. O preço atual do ferro – 63 dólares a tonelada é um terço do maior preço em 2011. A tendência divulgada pelo Banco Mundial: a queda nos preços dos metais e fertilizantes continuará.

Esqueci de especificar: o processo de aproveitamento da rocha fosfática é úmido e como ocorre em outras extrações minerais precisa de muita água. Em Anitápolis (SC), onde a população já enfrenta a extração mineral do fosfato – embora o projeto esteja suspenso, depois da compra pela Vale – a retirada é calculada em 773 m³ por hora, ou o equivalente a 30% da vazão do rio Pinheiros, onde fica o projeto.

Sem Terras são despejados da fazenda Saco do Céu em Nova Andradina. Site do MST. 03/12/2015

A propriedade rural possui 5,2 mil hectares e, após vistoria realizada no início de 2014, foi considerada improdutiva pelo Incra.

Mais de mil famílias do MST desocupam a Fazenda Saco do Céu, no município de Nova Andradina. A decisão de acatar a reintegração de posse que estava marcada para quinta-feira (03), ocorreu após uma Assembleia dos acampados e acampadas, onde fizeram um debate sobre o cumprimento da decisão judicial.

A propriedade rural Saco do Céu possui 5,2 mil hectares e, após vistoria realizada no início de 2014, foi considerada improdutiva pelo Incra. No entanto, as famílias estão sofrendo reintegração sem nenhuma sinalização sobre o processo de desapropriação da área para fins de Reforma Agrária.

No final da tarde, as forças policiais de Nova Andradina e a Tropa de Choque de Campo Grande, composta por mais de 150 homens, ainda se encontravam no local, considerando que estão lá desde as primeiras horas do dia. O tenente coronel Marcos Paulo é o responsável pelas forças armadas. Com relação à logística para a retirada das famílias, seriam providenciados, junto à fazenda, ônibus e caminhões, porém até o momento os acampados estão com os barracos desarmados e o transporte ainda não chegou.

Diante disso, o Movimento publicamente que as forças policiais não estão cumprindo o que foi acordado pela manhã. Além dos caminhões que não chegaram, máquinas estão passando por cima dos barracos que ainda estavam sendo desmontados pelas famílias e muitas delas tem apenas isso para organizar a vida em outro lugar.

O MST solicitou foi que as forças policiais dessem o tempo necessário para as famílias desmontarem seus barracos e que não houvesse uso de força, muito menos de falta de respeito com o pouco que essas pessoas possuem. Há cinco anos não existe Reforma Agrária em Mato Grosso do Sul e a luta do MST continua para que as as famílias tenham um pedaço de chão de forma que, possam construir uma vida digna. Na tarde desta quarta-feira (2), o MST do estado do Mato Grosso do Sul soltou uma nota pública para denunciar a situação das mais de mil famílias acampadas que desde o dia

21 de agosto de 2015 estão no local e agora sequer terão a chance de colher o que plantou.

MST ocupa fazenda no Paraná e exige sua desapropriação para reforma agrária. Site do MST. 03/12/ 2015

A propriedade ocupada pertence a familiares do ex-deputado - já falecido - José Janene e seria uma de diversas que teria adquirido com dinheiro desviado por meio do mensalão.

Desde a manhã do último sábado (28), cerca de 550 famílias do MST ocupam a Fazenda Marília, em Londrina, Paraná. A propriedade pertence a familiares do ex-deputado - já falecido - José Janene (PP). É uma área de 200 ha que fica no distrito de Lerroville (zona sul) e está arrendada para um produtor que cria gados e planta soja no local.

Segundo Damasceno, da coordenação do MST, a propriedade ocupada é uma de diversas que Janene teria adquirido com dinheiro desviado por meio do mensalão e do petrolão que estão bloqueadas pela Justiça.

"Nós exigimos que o Incra adquira a propriedade, deposite o valor em juízo e encaminhe as terras para as nossas famílias. São fazendas bloqueadas pela Justiça, e que podem muito bem ser encaminhadas à reforma agrária", salientou. Todas as famílias atualmente instaladas na propriedade dos Janene já haviam ocupado a Fazenda Figueira, de propriedade da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo (USP), em agosto deste ano. Os manifestantes passaram algumas semanas em acampamento, mas deixaram o local em outubro, após a Justiça considerar a área produtiva e conceder reintegração de posse.

Atualmente, as famílias do MST da região de Londrina aguardam o Incra selecionar novas áreas para elas.

Minuta de MP autoriza empreendimentos de infraestrutura em terras indígenas. Daniel Rittner – Valor Econômico. 03/12/2015.

O governo já tem em mãos uma medida provisória que autoriza o avanço de empreendimentos de infraestrutura em terras indígenas. A minuta de MP prevê uma nova compensação financeira aos índios pelo uso de suas terras homologadas. Lideranças da área ambiental rechaçam a iniciativa. O texto também enfrenta forte oposição da Fundação Nacional do Índio (Funai).

A compensação equivalerá a 2% sobre o valor das áreas, conforme uma fórmula que considera o preço estimado da terra definido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), multiplicado pelo metro quadrado afetado pela obra. No caso de usinas hidrelétricas, existe ainda a previsão de que os índios terão 0,6% de participação nos resultados dos projetos, independentemente de outras compensações vinculadas ao processo de licenciamento ambiental.

Pela minuta da MP, seria criado um Fundo de Apoio aos Povos Indígenas (Fapi), que receberia os recursos provenientes das novas compensações financeiras. Esse fundo ficaria responsável pela distribuição das quantias às comunidades afetadas e seria gerenciado por um comitê formado por representantes da Caixa Econômica Federal e dos ministérios da Fazenda, Planejamento e Justiça.

Na avaliação de organizações ambientais, o texto é uma forma de abrir caminho para a construção da hidrelétrica do Tapajós, no Pará. Também permitiria a instalação de novas barragens no rio Xingu, onde já está sendo erguida a usina de Belo Monte. Os ambientalistas prometeram agir contra a medida provisória e deverão denunciá-la na CoP-21, conferência do clima que ocorre em Paris.

Mais segurança no registro de terras. Mateus Zimmermann. Site do MDA. 07/12/2015

Novo sistema vai dar celeridade à emissão de título de terra

Com a nova ferramenta para certificação dos títulos do programa Terra Legal, os agricultores beneficiados com os documentos emitidos pelo governo federal na Amazônia Legal, vão ter mais agilidade ao registrar sua propriedade no cartório de imóveis. A atualização do sistema também disponibilizou um novo canal para a realização de denúncias.

Com a atualização do Sistema de Acesso a Informações do Programa Terra Legal, os cartórios de registro de imóveis vão poder consultar, pela internet, a autenticidade dos documentos emitidos pelo programa. A disponibilidade da consulta digital reduz a burocracia e agiliza o registro do título da propriedade, etapa obrigatória para preservar a validade legal do documento.

A atual versão do sistema também estabelece um novo mecanismo para a realização de denúncias, que são feitas diretamente sobre cada processo de regularização fundiária, em qualquer etapa do processo, inclusive dos títulos já emitidos, o que permite o acompanhamento do cumprimento das cláusulas condicionantes. As denúncias, que podem ser identificadas ou não, são analisadas diretamente pela sede do programa em Brasília.

Convênio prevê a implantação de 170 agroindústrias em assentamentos da BA. Site do MST. 07/12/2015

Mais de 20 mil famílias de assentamentos de reforma agrária serão beneficiadas com a execução do projeto titulado como Rede Agroindustrial da Reforma Agrária da Bahia (REAFRA).

Durante ato político realizado nesta quarta-feira (2) na governadoria do estado, no Centro Administrativo da Bahia (CAB), o governador Rui Costa (PT) assinou um convênio celebrado entre a presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Maria Lúcia Falcon, e o secretário de Desenvolvimento Rural, Jerônimo Rodrigues, por meio da Companhia de Ação Regional (CAR). O Convênio está avaliado em R\$ 60 milhões e visa implementar 170 agroindústrias em projetos de assentamentos nos 27 Territórios de Identidade da Bahia, com destaque para os sistemas produtivos de fruticultura, caprinocultura, mel, mandioca, aves, cacau, leite e dendê.

Mais de 20 mil famílias de assentamentos de reforma agrária serão beneficiadas com a execução do projeto titulado como Rede Agroindustrial da Reforma Agrária da Bahia (REAFRA).

De acordo com Evanildo Costa, da direção estadual do MST, a reforma agrária precisa ser tratada com prioridade pelo governo.

“As agroindústrias são exemplos concretos que a luta dos trabalhadores dá certo. O comprometimento do governo mais uma vez nos mostra um lado, mesmo diante da grande ofensiva do capital e da estrutura burguesa que vivemos”, pontua.

“Mesmo assim, queremos que a reforma agrária seja tratada não apenas como uma política pública, mas sim como uma ferramenta que reestruture a lógica de dominação do capital ao realizar uma ampla democratização da terra para o povo”, enfatizou Costa. Jerônimo Rodrigues afirmou que os assentados da reforma agrária vivenciará, após esse convênio, uma nova história no fortalecimento dos assentamentos no estado da Bahia. Para ele, esta parceria garante o fortalecimento da produção de alimentos com sustentabilidade, permitindo o desenvolvimento da economia municipal e territorial. Já Renata Rossi, superintendente de Políticas Territoriais e Reforma Agrária, da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), comemorou a assinatura do convênio. “Com o convênio os assentamentos demonstrarão ainda mais sua capacidade de produzir alimentos saudáveis, contribuindo para a qualidade de vida na Bahia”, concluiu. Além das agroindústrias, o projeto aponta também a ampliação de ações de assistência técnica, verticalizando a produção de alimentos e permitindo a participação dos agricultores familiares no mercado.

Jovens usam Excel para aprimorar agricultura familiar. Sara Abdo – Jornal O Estado de São Paulo. 09/12/2015

Em escola do interior gaúcho, alunos aprendem tecnologia e convencem os pais a modernizar a gestão do campo

Usar planilhas do Excel para melhorar o desempenho da agricultura familiar não passava pela cabeça de Gabriel Hermes, de 17 anos, estudante do 2º ano do ensino médio. Mas essa concepção mudou com as aulas de projeto e gestão, realizadas no laboratório de informática da Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul (Efasc), a 156 quilômetros de Porto Alegre (RS). A ponto de Gabriel decidir apresentar essa possibilidade à sua família, dona de uma propriedade de 9 hectares.

O início não foi fácil. Assim que ele chegou em casa e contou sobre os benefícios de usar uma tabela do Excel nos cálculos do negócio familiar, todos se assustaram. “Eles recusaram, mas como eu estava seguro da eficiência, insisti.” Tal insistência garantiu uma vitória e tanto: os pais de Gabriel separaram uma parte do terreno para que o estudante pudesse colocar o projeto em prática. Empolgado, ele conta que agora se apoia na tecnologia. “Se vejo algo diferente na escola, monto um miniprojeto e ajudo meu pai a clarear suas ideias. Isso mudou a convivência com minha família.”

A situação em que o estudante aprende e depois leva para casa métodos mais modernos de trabalho é comum na Efasc, segundo o coordenador institucional da escola, João Paulo Reis da Costa. Ele conta que os professores costumam se reunir com os pais para explicar que o que o jovem estuda é tão importante quanto o que a família faz. “Não é simples mostrar que são trabalhos e sabedorias complementares.”

Essa conexão entre escola e campo se reflete no modelo pedagógico da Efasc, que prevê que os jovens, filhos de pequenos proprietários rurais, passem uma semana em aulas e outra nas terras da família. Em sala, o conteúdo é adaptado à realidade dos estudantes, que escutam relatos e descobrem ferramentas de trabalho. A ênfase é na cultura local: o tabaco representa 85% do total cultivado em Santa Cruz. A cidade é centro do polo que mais produz fumo no País, mas vem tentando reforçar a opção por hortaliças.

"Nosso trabalho com a informática potencializa o domínio da técnica que o aluno pode até já ter, mas nunca usou como ferramenta educacional", conta o coordenador da Efasc. Ferramentas como o Excel estão se tornando fundamentais para contabilizar e analisar custo de produção, área plantada e distribuição. "Ensinamos ao aluno como se faz projetos, inclusive, para pedido de financiamento." Criada em 2009, a EFASC orienta 96 alunos em 2015. Desses, pelo menos 85 têm notebook e 70% contam com internet em casa.

Inque Schneider, da diretoria da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (FETAG-RS), avalia que a tecnologia na educação do campo reduz a tendência de o jovem migrar para a cidade em busca de evolução. "Essa tecnologia deixa o jovem mais satisfeito no seu espaço de origem."

Sara Abdo foi finalista do 10º Prêmio Santander Jovem Jornalista. A fase final e a cerimônia de premiação ocorreram na segunda-feira, 7, na sede do banco, com a participação dos diretores de Conteúdo e Desenvolvimento Editorial do Grupo Estado, Ricardo Gandour e Roberto Gazzzi, respectivamente, e de Clau Duarte, Superintendente Executiva de Comunicação Externa do Santander. Os finalistas receberam laptops e garantiram a publicação de suas matérias.

Em maioria, ruralistas tensionam CPI da Funai. Site do MST. 10/12/2015

Os ruralistas fazem da sua maioria um atropelo na CPI. Chegam ao cúmulo de acusarem antropóloga de demarcar terra sob efeito de chá alucinógeno.

De maioria ruralista, os deputados da CPI que investiga a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) já demonstraram que não vão aliviar nos depoimentos daqueles que entendem ser seus algozes, como antropólogos que dão parecer para processos de demarcação de terras indígenas e dirigentes e ex-dirigentes dos dois órgãos. E será um ambiente de confronto e bate-boca entre os ruralistas e a minoria que defende indígenas e assentados.

Os ruralistas fazem da sua maioria um atropelo na CPI. Com facilidade, já aprovaram que Funai e Incra disponibilizem todos os documentos de demarcação de terras e de estudos fundiários dos últimos anos. O governo acompanha com preocupação a comissão. Representantes dos dois órgãos estão sempre nas sessões. O grupo ruralista que controla a CPI da Funai/Incra é praticamente o mesmo que dominou a comissão que aprovou a PEC 215, que prevê a transferência das demarcações de terras indígenas do Executivo para o Legislativo. Dos 27 titulares da CPI, 19 são ruralistas e, destes, 13 participaram da comissão da PEC.

Até agora, houve apenas uma sessão de depoimento, mas que já mostra como será o resto dos trabalhos da comissão. A antropóloga Flávia Cristina de Melo foi acusada de ter feito o laudo antropológico no processo de demarcação da área de Mato Preto, no noroeste do Rio Grande do Sul, sob efeito de chá alucinógeno. Foi sugerido até mesmo que o trabalho dela pudesse ter sido influenciado por um possível relacionamento amoroso com um índio. Flávia negou ambas acusações. — A senhora frequentava semanalmente a casa de Rosa e Alcindo fazendo aulas de guarani com um de seus filhos, Geraldo Karai, professor da escola indígena? Qual seu vínculo? A senhora teve algum relacionamento amoroso com ele? — questionou o ruralista Luís Carlos Heinze (PP-RS).

A deputada Érika Kokay (PT-DF) defendeu a depoente.

— A pergunta sobre relações amorosas é sexista, é machista. Se fosse um homem que aqui estivesse, talvez não tivesse sido feita essa pergunta (...) Eu lhe faço um desagravo, porque vossa senhoria está sendo agravada aqui no seu desenvolvimento, na sua capacidade profissional, na sua condição de mulher, na sua condição de antropóloga, simplesmente porque fez um laudo que fere os interesses dos ruralistas que estão aqui nesta Casa. Chega! — disse Kokay.

Questões estaduais na CPI

Também é comum que os deputados usem a CPI para tratar de questões de seus estados. É o caso de três parlamentares do Sul: Alceu Moreira (PMDB-RS), que também é presidente da CPI, Luís Carlos Heinze e Valdir Colatto (PMDB-SC). A grande maioria dos requerimentos apresentados por eles tinham como objetivo convocar ou convidar pessoas que atuam ou trabalharam em seus estados.

Até agora, foram chamados nove antropólogos. A maioria a pedido dos ruralistas. A convocação desses profissionais incomodou a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), que os prepara para enfrentar os ataques dos ruralistas. — Os colegas que nunca enfrentaram esse tipo de coisa precisam de uma ajuda. É preciso explicar direitinho para eles, para não serem surpreendidos com aquele estilo de diálogo e intervenção. Mostrar quem é quem ali na CPI — disse HenyoBarretto, da Comissão de Assuntos Indígenas da ABA.

— Acho muito difícil que qualquer depoimento de um antropólogo vá influenciar o relatório final, que parece já definido, dada a maioria que domina a comissão. O que queremos é fazer um depoimento qualificado e verídico — completou. A disputa entre os dois grupos se dá também nos requerimentos. A CPI já aprovou até agora 97, dos quais seis são de convocação e 69 de convites para ouvir 81 pessoas. O resto é requisição de documentos e de reuniões externas, até em reservas indígenas.

Além dos antropólogos, estão sendo chamados integrantes do Ministério Público, juízes, ex-ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), produtores rurais, sacerdotes da Igreja Católica, profissionais do Incra, da Funai e da Fundação Palmares (Ministério da Cultura) e até um delegado de polícia. Os ex-ministros do STF Joaquim Barbosa, Nelson Jobim (também ex-ministro da Justiça) e Ayres Britto estão nessa relação.

Bate-boca entre deputados

Os ânimos acirraram na sessão da última terça, quando Heinze e Marcon (PT-RS) bateram boca. Eles ouviam um cientista social crítico à forma como se deu a demarcação da terra indígena Mato Preto, no Rio Grande do Sul, quando Marcon questionou quem pagou o estudo dele. Foi o suficiente para começar a discussão. — Não temos nada a esconder. Nosso negócio é limpo. Não é o dinheiro sujo que Lula pegou — disse Heinze. — Vai falar da Lava-Jato! Vai falar na Polícia Federal da Lava-Jato! Tu tem que falar de Lula, de dinheiro sujo de Lula? — devolveu Marcon, acrescentando:

— Acha que eu sou palhaço? Eu não fui indiciado na Lava-Jato! Heinze, que é alvo de um dos inquéritos abertos no Supremo Tribunal Federal (STF) por suspeita de envolvimento em irregularidades investigadas na Lava-Jato, e Marcon continuaram discutindo por mais de um minuto, trocando insultos. Coube ao presidente da CPI, Alceu Moreira (PMDB-RS), que também se envolveu em outros bate-bocas durante sessão, pedir respeito à CPI.

Em geral, os deputados contrários à CPI dizem que ela não tem razão de existir, por não ter uma fato determinado a ser investigado, como estabelece a Constituição. A bancada do PT na Câmara acionou até mesmo o STF para tentar impedir a instalação da CPI. O relator, o deputado ruralista Nilson Leitão (PSDB-MT), investigado no STF por suspeita de insuflar posseiros a ocuparem uma dessas terras, defende o ponto de vista contrário. — A necessidade de existir (a CPI) é muito grande. Porque se há dez anos não consegue completar a demarcação de terra indígena no Brasil, porque está tudo nos tribunais, significa que o Estado de Direito faliu. E é necessário descobrir as falhas de ambos os lados. Por isso a CPI é importante. E é necessário que não se tenha medo dela – afirmou Leitão, durante a sessão da última terça-feira. Entre tantas discussões, algumas conseguiam se destacar pelo bom humor. — Eu quero dizer ao senhor que eu não tenho medo da cara feia que o senhor faz —disse a deputada Janete Capiberibe (PSB-AP) a Alceu Moreira, provocando risos na CPI. — É a única que tenho. Se pudesse trocar, teria uma mais bonita só para lhe agradecer — rebateu Alceu. — Eu falei que o senhor faz. Não é que sua cara é feia — devolveu Janete, fazendo o próprio presidente da CPI rir. Em nota, a Funai afirmou que a CPI é uma ofensiva desigual, violenta e inconstitucional contra os povos indígenas e quilombolas. E ataca os ruralistas. “Tais setores agem para flexibilizar direitos e tornar os territórios indígenas e quilombolas vulneráveis aos interesses empresariais e econômicos dominantes na nossa sociedade”, informou a Funai em nota. O Incra não se manifestou sobre a instalação da CPI.

PGFN e Incra se unem em busca de imóveis. Beatriz Olivon – Valor Econômico. 10/12/2015.

Devedores da União poderão perder suas propriedades para a reforma agrária. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) estão cruzando dados para mapear imóveis que interessam à União - penhorados em execução fiscal e que poderiam ser desapropriados.

Já foram identificadas 400 propriedades, que somam R\$ 85 bilhões. O foco, por ora, está em 29 delas, com valor total de R\$ 45 bilhões. Os bens mapeados são de contribuintes inscritos em dívida ativa. "Mesmo tendo o bem à disposição, é difícil transformá-lo em dinheiro", afirma Luiz Roberto Beggiora, diretor do Departamento de Gestão da Dívida Ativa da PGFN, que espera recuperar esse primeiro montante em cinco anos. "Dependemos do andamento judicial", disse.

Com a parceria, iniciada há três meses, o Incra passou a indicar os imóveis que lhe interessam para fins de reforma agrária e a PGFN começou a pedir na Justiça a adjudicação deles - a transferência para a União. A parceria, segundo Beggiora, é um esforço conjunto da administração para ajudar a melhorar a arrecadação.

Para o diretor da PGFN, haverá economia de recursos. De um lado, o Incra deixará de entrar com processos e pagar por desapropriações enquanto a Fazenda Nacional não precisará aguardar a realização de leilões para transformar os imóveis em dinheiro.

Inicialmente estão sendo priorizados os imóveis de maior valor e que estejam em área de conflito - que já foram ocupados e solicitados para reforma agrária. Com a parceria, a Fazenda Nacional terá auxílio de peritos do Incra na avaliação dos bens, o que pode auxiliar a estabelecer um valor mais acertado, segundo Beggiora.

Um dos casos em que a adjudicação já foi solicitada envolve a Fazenda da Prata. O grupo proprietário tem uma dívida de R\$ 58 milhões com a União, que é quase o

mesmo valor da propriedade. A área já chegou a ser invadida e é de interesse do Incra para desapropriação. A cobrança está inscrita em dívida ativa desde 2003.

Por enquanto, há 15 pessoas dos dois órgãos trabalhando em conjunto. Até o final da semana deverá ser publicada uma portaria que vai criar um grupo de trabalho que se dedicará ao assunto de forma sistematizada.

Fazenda e Incra anunciam acordo para acelerar reforma agrária – Valor Econômico. 10/12/2015.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) assinam nesta quinta-feira um acordo para acelerar a execução fiscal de propriedades rurais em favor da reforma agrária.

Segundo o Ministério da Fazenda, a ação conjunta de procuradores da Fazenda Nacional, procuradores federais e peritos federais agrários permitirá acelerar a execução fiscal de imóveis rurais indicados pelo Incra para a reforma agrária.

O Procurador-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), Paulo Roberto Riscado Junior, a presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Maria Lúcia de Oliveira Falcón, e o Procurador-Geral Federal, Renato Rodrigues Vieira, concedem entrevista coletiva para a imprensa hoje às 15h sobre o assunto, no Ministério da Fazenda.

Incra transforma área emblemática de conflito agrário em dois assentamentos no Sul do Pará – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 10/12/2015

Após anos de atuação para promover a democratização do acesso à terra na região, o Incra, por meio de sua superintendência no Sul do Pará, conseguiu efetivar a compra do Complexo Peruano, área emblemática para a reforma agrária no município de Eldorado dos Carajás, e criar dois assentamentos no local. O complexo engloba as fazendas Balão II, Proteção Divina e Peruano, propriedade que fica a 12 quilômetros de onde ocorreu o episódio conhecido como o “Massacre de Eldorado dos Carajás” e que serviu de abrigo para famílias de sobreviventes.

Na terça-feira (8), foram publicadas no Diário Oficial da União as portarias de criação dos assentamentos Lourival Santana II e Lourival Santana III, que ocupam, respectivamente, as áreas das fazendas Peruano e Proteção Divina. Os imóveis estão localizados a cerca de 20 quilômetros da sede do município.

Os projetos abrigarão 345 famílias. A fazenda Peruano, com 4.312 hectares, tem capacidade para receber 287 famílias. Já a Proteção Divina possui 1.054 hectares e capacidade para 58 famílias.

Na fazenda Balão II, que também integra o complexo e possui 1.096 hectares, será criado um projeto de assentamento diferenciado, em função da existência de grande área de mata nativa. “A criação deste assentamento será realizada assim que os estudos sobre a viabilidade ambiental estiverem concluídos”, afirmou o superintendente regional do Incra em Marabá, Paulo Garcia.

Segundo Garcia, uma equipe do Incra já está em campo para realizar o cadastro das famílias candidatas. Após esta fase, será realizada a seleção daquelas que têm perfil para a reforma agrária. Estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) é um dos critérios analisados nesse processo. “São levados em

conta para a classificação o tamanho da família, a força de trabalho, idade do candidato ou candidata, tempo de atividade agrícola, moradia no município, tempo de residência no imóvel e a renda anual familiar”, lembrou o superintendente.

Em abril deste ano, ao participar de ato em Eldorado dos Carajás em memória dos 19 trabalhadores rurais mortos no massacre, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, e a presidente do Inca, Maria Lúcia Falcón, reafirmaram o compromisso do Governo Federal com a reforma agrária, dentre eles, na região, a criação dos assentamentos no Complexo Peruano.

Histórico

A compra da fazenda Peruano foi aprovada durante audiência pública realizada em novembro do ano passado, em Marabá, sob a coordenação da Superintendência Regional do Inca no Sul do Pará. Participaram representantes do Conselho de Desenvolvimento Territorial (Codeter), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf), e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri). Os conselhos municipais de Marabá e Eldorado dos Carajás, além do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Marabá e outras lideranças regionais também integraram a reunião.

Na mesma audiência, foi deliberada a aquisição das fazendas Balão II e Proteção Divina. De acordo com avaliação feita pelo Inca, as três áreas têm alto potencial para exploração agropecuária, dispõem de tamanho adequado, qualidade de solo, recursos hídricos e vias de acesso prontas.

A obtenção dos imóveis por meio do processo de Compra e Venda é regulada pelo Decreto 433/92 e utilizada nos casos em que a vistoria realizada pelo Inca aponta a área como produtiva. Quando a vistoria indica que o imóvel é improdutivo, é aberto um processo de desapropriação. Na Compra e Venda, o Instituto deve obter a aprovação da sociedade, o que ocorre por com a realização de audiência pública.

Inca cria o assentamento de número 301 em Goiás – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 10/12/2015

A Superintendência Regional do Inca em Goiás conta agora com 301 assentamentos da reforma agrária sob sua jurisdição, sendo que o último Projeto de Assentamento criado é o Reata, localizado no município Jussara - distante cerca de 200 quilômetros de Goiânia, na região Noroeste do estado.

No total, 18 famílias de trabalhadores rurais sem-terra serão beneficiadas, com o novo assentamento de 429 hectares. A portaria de criação do Reata foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta, quinta-feira (10). Ele foi criado no imóvel rural Fazenda Reata, declarado de interesse social para fins de reforma agrária.

A partir do ato de criação, passa-se agora aos trabalhos de homologação para, em seguida, ser feito o sorteio dos lotes. A assistência técnica para as famílias assentadas entrará no próximo edital de chamada pública a ser aberto pelo Inca/GO. Os beneficiados receberão o Crédito Apoio Inicial I no valor de R\$ 2.400,00 para começar suas atividades produtivas nos lotes.

De acordo com os estudos do Inca/GO o imóvel rural tem potencial para desenvolver produção em pecuária leiteira e fruticultura.

Imóveis de devedores poderão ser destinados à reforma agrária. Bárbara Nascimento – Jornal O Globo. 10/12/2015

Fazenda espera que mais devedores sejam estimulados a quitar ou parcelar o débito

BRASÍLIA – O governo assinou nesta quinta-feira um acordo que vai permitir que os devedores da União que possuem terras de conflito agrário ou de interesse do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para assentamento de trabalhadores tenham os imóveis destinados diretamente à reforma agrária. Num processo natural, os bens do devedor seriam leiloados após o processo de execução fiscal e o valor seria abatido da dívida com a União.

Com a agilidade e risco efetivo de perda do imóvel, o Ministério da Fazenda espera que mais devedores sejam estimulados a quitar ou parcelar o débito. O acordo foi assinado na tarde desta quinta-feira entre o Incra e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

— Muitas vezes um processo demorado de execução fiscal estimula o devedor a continuar com o débito. Num caso desses, estimula que os devedores, diante de uma perspectiva de perda efetiva do imóvel, busquem uma forma de parcelar o débito — afirmou o Procurador-Geral Federal, Renato Rodrigues Vieira.

Em parceria com o Incra, a PGFN já identificou, entre os integrantes da lista de maiores devedores inscritos na dívida ativa da União (com débitos superiores a R\$ 50 milhões), quem possui imóveis rurais. No total, são 729 pessoas físicas e jurídicas com 4.057 propriedades (ou 6,5 milhões de hectares) e uma dívida total que soma R\$ 200 bilhões.

Inicialmente, o governo vai focar nos 26 maiores devedores, que possuem 335 mil hectares em terras, e nas regiões de conflito. Desses, explica o diretor do departamento de dívida ativa da PGFN, Luiz Roberto Beggiora, o Incra vai identificar quais podem ser destinados à reforma agrária.

— As execuções fiscais, boa parte delas já estão com imóveis penhorados. Alguns estão em discussão judicial e outros estão em leilão judicial. Quando o imóvel for de interesse do Incra, não vamos levar ao leilão, vamos levar a adjudicação e esse imóvel será destinado para o Incra. Alguns processos que estão em fase de discussão judicial, logicamente vai levar alguns anos — explica.

O acordo vai permitir que o Incra deixe de pagar juros compensatórios pelas terras que seriam desapropriadas. Segundo o instituto, foram pagos, nos últimos anos, uma média de R\$ 1 bilhão somente em juros compensatórios por ano.

Parceria entre Incra e governo do Acre garante regularização ambiental em assentamento – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.10/12/2015

As 116 famílias assentadas no Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Nova Promissão, em Capixaba, no sudeste acreano, foram contempladas com a entrega do Cadastro Ambiental Rural (CAR) durante ação conjunta realizada pelo Instituto de Meio Ambiente do Acre (Imac) e a Superintendência Regional do Incra/AC. O "Projeto Imac e Incra na Comunidade" prioriza a educação ambiental para fins de conscientização por meio de oficinas e palestras, com iniciativas concretas em regularização ambiental, a exemplo da entrega do CAR para as famílias.

A parceria entre os dois órgãos ajuda a sensibilizar os moradores das comunidades quanto à importância do licenciamento ambiental e promove a aproximação do Imac e Incra com esse público. Ao mesmo tempo, leva uma agenda positiva aos trabalhadores, por meio de mutirão de documentação, necessária ao protocolo de licenciamento das diversas atividades rurais.

"A atuação conjunta do Imac e o Incra é um exemplo de gestão que prioriza parcerias na busca do fortalecimento da agricultura familiar", afirmou o superintendente regional da autarquia, Márcio Rodrigo Alécio, ao citar que as famílias contempladas com o receberam o CAR poderão ter acesso as linhas de crédito disponibilizadas para os trabalhadores rurais.

O diretor do Imac, Paulo Roberto Viana, mencionou a importância de levar o licenciamento ambiental ao PDS Nova Promissão e, posteriormente, ao PDS Floresta, destacando a necessidade de promover educação ambiental por meio de oficinas nos assentamentos, com o intuito de instruir os produtores quanto ao acesso às linhas de créditos da produção familiar. "A estratégia é promover a educação ambiental, desburocratizar e facilitar os procedimentos do licenciamento ambiental", completou.

O PDS Nova Promissão foi o primeiro assentamento beneficiado, por ter sido criado sob nova concepção, de produzir sem destruir, de acordo com as normas que definem a questão da regularidade ambiental, conforme esclareceu o coordenador de Meio Ambiente do Incra, Aristóteles Barros de Medeiros, lembrando que a ação vai ser levada também para o PDS Floresta. "Cidadania ambiental e aproximação dos assentados com o órgão ambiental licenciador tende a oferecer mais eficiência em preservação", ressaltou.

Cadastro Ambiental Rural (CAR)

O CAR é um registro eletrônico obrigatório para todos os imóveis rurais, formando base de dados para o controle, monitoramento e combate ao desmatamento das florestas e demais formas de vegetação nativa do Brasil, bem como para o planejamento ambiental e econômico das propriedades rurais.

O CAR dos assentamentos do Acre vem sendo realizado em parceria com o governo estadual e o Incra. No PDS Nova Promissão, o CAR foi realizado de forma coletiva, registrando as informações ambientais do perímetro do assentamento.

A configuração do Nova Promissão foi um facilitador porque a reserva legal apresenta-se em condomínio, onde a responsabilidade pela preservação e o uso sustentável dos recursos naturais se dá de forma coletiva por todos os produtores.

Incra recebe posse de imóveis que irão beneficiar 146 famílias na região de Araçatuba (SP) – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 11/12/2015

O Incra recebeu, na quarta-feira (9), a posse de dois imóveis na região de Araçatuba (SP) que irão beneficiar 146 famílias pelo Programa Nacional da Reforma Agrária. As fazendas São Raphael Santana, localizada em Lavínia, e a Fazenda Oba, em Mirandópolis, que totalizam mais de 1,6 mil hectares, foram obtidas por meio de processo de desapropriação.

A Fazenda São Raphael Santana tem área de 735,3 hectares e capacidade estimada para assentar 52 famílias. O processo de desapropriação foi iniciado pelo Incra/SP em abril de 2002. Em dezembro do mesmo ano, o imóvel foi declarado de interesse social para fins de reforma agrária. Após contestações judiciais, a posse foi concedida ao Incra em 2013, mas acabou sendo suspensa por decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Em 3 de novembro de 2015, nova decisão da Justiça Federal concedeu a posse ao Incra/SP.

Os valores depositados à época do ajuizamento da ação de desapropriação, em setembro de 2004, totalizam R\$ 3,6 milhões e correspondem às indenizações a serem pagas aos antigos proprietários pelas benfeitorias e pela terra nua. Estes valores ainda estão sendo discutidos em juízo.

Já a Fazenda Oba tem 923,7 hectares e capacidade estimada para receber 94 famílias de trabalhadores rurais. O imóvel, localizado em Mirandópolis, foi decretado de interesse social em agosto de 2014, após processo de desapropriação iniciado em janeiro de 2010 pelo Incra/SP. Os valores disponibilizados pelo imóvel totalizam R\$ 14,5 milhões, sendo R\$ 1,1 milhão para o pagamento de benfeitorias, em moeda corrente, e o valor restante pago pela terra nua, a ser resgatado em Títulos da Dívida Agrária (TDAs). A ação ajuizada pelo Incra/SP em março de 2015 teve decisão favorável no último dia 7 de outubro.

Com a posse formal destas áreas, o Incra iniciará a criação dos assentamentos e a seleção das famílias, ampliando ainda mais a reforma agrária na região. Os assentamentos passarão a ser atendidos pelo chamado Núcleo Operacional de Andradina, responsável por 48 assentamentos federais em 19 municípios, onde vivem mais de quatro mil famílias com acesso à assistência técnica e outras políticas públicas que garantem renda e desenvolvimento produtivo, além da segurança alimentar da população local.

Terras de devedores da União para reforma agrária. Site do MDA. 11/12/2015

Atuação conjunta do Incra e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) vai assegurar a execução fiscal de imóveis rurais de grandes devedores da União em favor da reforma agrária. A iniciativa possibilita a adjudicação de áreas para assentamento de trabalhadores rurais e a recuperação de dívidas tributárias para a União.

Essa parceria foi institucionalizada por meio de portaria conjunta assinada nesta quinta-feira (10), em Brasília, pela presidente do Incra, Maria Lúcia Falcón, pelo Procurador Geral da Fazenda Nacional, Paulo Roberto Riscado Júnior, e pelo Procurador Geral Federal da Advocacia-Geral da União, Renato Rodrigues Vieira.

A portaria institui grupo de trabalho que vai desenvolver mecanismos de atuação e definir ações prioritárias para recuperação de créditos tributários e destinação de terras para reforma agrária, por meio da adjudicação e arrematação de imóveis rurais de grandes devedores da União em processos judiciais.

O grupo irá identificar os imóveis rurais, localizar os bens de cada devedor e avaliar quais são passíveis de penhora e adjudicação. A ação conjunta da PGFN, da PGF/AGU e do Incra contribuirá para a recuperação do crédito relativo a dívidas tributárias, com aumento da arrecadação e a obtenção de terras para o assentamento de famílias.

O Incra contribuirá com a PGFN na avaliação dos imóveis rurais em processo de execução fiscal, para assegurar que seja respeitado o preço real das terras, que poderão ser leiloadas ou destinadas à reforma agrária como compensação de débitos tributários.

Avaliação

Maria Lúcia Falcón destaca que a adjudicação é um instrumento importante de recuperação de débitos tributários e destinação de terras para reforma agrária. “Você consegue equacionar as dívidas. É bom para o devedor. É bom para União que recupera créditos nesse período de ajuste fiscal. Mas é bom principalmente para as famílias acampadas que terão acesso à terra.” Ela salienta também que a atuação conjunta vai ampliar a oferta de imóveis rurais para reforma agrária, ajudando a diminuir conflitos e tensões no campo.

O Procurador-Geral Federal, Renato Rodrigues Vieira, comenta que a atuação conjunta dos órgãos demonstra aos grandes devedores que quem não negociar o pagamento de suas dívidas será penalizado com a adjudicação ou com o leilão de seus imóveis rurais. Ele ressalta que os principais ganhos para o país serão a recuperação de créditos e a destinação de terras para o assentamento de trabalhadores rurais.

Para o Procurador-Geral da Fazenda Nacional, Paulo Roberto Riscado Júnior, a adjudicação torna a execução fiscal mais eficiente e atende à demanda de terras para a reforma agrária. Riscado enfatiza ainda que o Judiciário ganhará com o trabalho desenvolvido pelos órgãos, já que há grande quantidade de execuções fiscais em tramitação nos tribunais que poderão ser resolvidas com esse instrumento.

O chefe da Procuradoria Federal Especializada do Incra, Júnior Divino Fideles, explica que os débitos tributários serão arrecadados em proveito da União por meio de imóveis rurais que poderão ser incorporados ao Programa Nacional de Reforma Agrária. Isso significa maior possibilidade de recuperação da dívida, já que o imóvel não precisará ser leiloadado em juízo para que o valor obtido retorne à União. Ao mesmo tempo significa economia de recurso público com a obtenção de imóveis rurais por meio da adjudicação, já que os recursos que seriam destinados às ações de desapropriação poderão ser destinados para outras políticas.

Potencial

De acordo com o Departamento de Gestão de Dívida Ativa da União, entre os 4.013 contribuintes que possuem dívidas com a União acima de R\$ 50 milhões, 729 possuem imóveis rurais cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) do Incra, cujas áreas totalizam mais de 6,5 milhões de hectares.

A adjudicação tem potencial de arrecadar dos grandes devedores da União, proprietários de imóveis rurais, áreas com possibilidade de beneficiar 214 mil famílias, sendo necessário verificar previamente a viabilidade agrônômica e ambiental de destinação desses imóveis para o Programa Nacional de Reforma Agrária.

A PGFN deve priorizar, a recuperação de R\$ 45 bilhões de 30 pessoas físicas e jurídicas, consideradas grandes devedoras da Dívida Ativa da União. Estes devedores possuem mais de 335 mil hectares, cujo potencial de destinação para reforma agrária será verificado pelo Incra.

Mais 200 produtores rurais com terra regularizada. Site do MDA. 14/12/2015

Secretário de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (Serfal/MDA) entrega títulos de terra em TO

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) regularizou no último sábado (12), com apoio da prefeitura, a situação de 209 trabalhadores rurais que moram na região de Araguaína (TO). A entrega da documentação ocorreu no auditório do Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos (Itpac). A certificação faz parte do Programa Terra Legal.

O secretário extraordinário de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (Serfal/MDA), Sérgio Lopes, que participou da ação, salientou que a regularização é fundamental para os agricultores. “Compreender a importância desse documento para reconhecimento da terra é assumir um comprometimento oficial com as funções sociais e econômicas dessa terra perante o governo”, afirmou. Em relação ao município araguaïnense, Lopes destacou que é uma cidade central e estratégica no estado do Tocantins, e por isso a entrega de certificados ocorre também em Araguaína.

Durante o evento, o secretário extraordinário pediu que as mulheres desses agricultores também participassem da foto oficial da entrega de certificados. Segundo Lopes, a participação delas nesse momento importante é o reconhecimento da história de luta de todos.

O secretário municipal de Desenvolvimento Econômico, Joaquim Quinta Neto, representou o prefeito de Araguaína, Ronaldo Dimas, na solenidade. Quinta Neto realçou a parceria entre a Prefeitura e o MDA. “Sem sombra de dúvidas, a parceria e apoio que a Prefeitura de Araguaína, o Incra e o MDA para a entrega de títulos do Terra Legal, é algo que consolida o acesso à terra e o desenvolvimento social e econômico dos municípios para o País, com um compromisso oficializado”, disse.

A trabalhadora rural Conceição de Maria, posseira em uma chácara há mais de 10 anos, foi uma das mulheres que recebeu o certificado do Terra Legal. “Pra mim foi uma benção enorme, estou muito aliviada, porque morar num lugar e ficar preocupada o tempo inteiro, que a qualquer momento alguém pode chegar e tomar a terra que a gente vive e trabalha, é muito ruim”, falou emocionada.

Estiveram presentes na solenidade o delegado do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Silvio Ney Barros; o superintendente do Incra em Tocantins, Edinaldo Soares; o coordenador do Terra Legal no Tocantins, Geylson Galvão; o chefe da divisão estadual do Terra Legal, João Francisco Silvério; e o chefe da unidade avançada de Araguaína, Antônio Líbano

Ruralistas cedem para liberar venda de terras. Cristiano Zaia – Valor Econômico. 14/12/2015.

Diante da resistência crescente dentro do governo com o tema, a decisão do Congresso de liberar a compra de terras a empresas com maioria de capital estrangeiro, sobretudo multinacionais, fica cada vez mais distante de um desfecho e deve ficar apenas para o próximo ano.

A própria presidente Dilma Rousseff avisou a ministra da Agricultura, Kátia Abreu, que só vai sancionar uma lei autorizando essas compras de terras se o texto estipular limites para o tamanho das propriedades que serão alvo de companhias internacionais. Caso contrário, não terá outra saída senão vetar, confirma uma fonte do governo.

Grandes investidores dos setores de papel e celulose, açúcar e etanol, grãos e algodão já manifestaram interesse em comprar terras no Brasil, porém alegam ser barrados pela legislação brasileira que hoje inibe esse investimento. Eles não concordam com essas "travas" na lei que rege essas aquisições, de 1971.

A bancada ruralista aceitou então fazer alterações no projeto de lei 4059/2012, que se encontra atualmente em regime de urgência e sobre a mesa do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), à espera de votação pelos deputados. Essa é a terceira vez neste ano que os ruralistas tentam avançar com proposta nesse sentido.

Líder da bancada, o deputado Marcos Montes (PSD-MG), inclusive já apresentou ao Ministério da Agricultura o seu substitutivo à proposta de lei. O texto limita em até 200 mil hectares a área líquida (aproveitável) por empreendimento e por Estado o tamanho de terras a que cada empresa estrangeira terá direito - 100 mil para aquisição e 100 mil para arrendamento. Pelo substitutivo, áreas de reserva legal e de preservação permanente, consideradas imprestáveis para atividade agropecuária ou alagadas para construção de hidrelétricas ficam de fora do cálculo de áreas líquidas passíveis de posse por estrangeiros. Até agora, contudo, o governo já teria discordado do conceito de limitação por Estado e do valor desses limites.

O projeto também estabelece restrições e controle a pessoas naturais de outros países ou empresas estrangeiras com sede no exterior.

Outro ponto polêmico do texto é o que transfere para cartórios o registro desses imóveis rurais adquiridos ou arrendados por estrangeiros, competência que hoje é feita pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) por meio de análise prévia. Caso a lei seja assim aprovada, essa autorização passaria a ser feita depois do registro cartorial para acelerar a exploração da propriedade. O **Valor** apurou que a ministra Kátia Abreu concorda com essas modificações, mas no momento é voz solitária na equipe de Dilma. Uma fonte do governo que acompanhou todas as discussões até hoje diz que órgãos do Executivo como os ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Defesa, o Incra, e a Casa Militar não têm nenhum interesse em liberar terras para estrangeiros. "O assunto empacou dentro do governo", disse essa fonte.

"Já sabemos que o governo não aceita esses limites e o assunto ficou para segundo plano, até porque há outras prioridades como o processo de impeachment neste momento", disse ao **Valor** o deputado Montes.

Montes e demais ruralistas têm procurado diversos ministros na tentativa de convencer o governo com o discurso de permitir investimentos estrangeiros no setor agrícola, num momento de crise doméstica. Na próxima terça-feira, 15, os ruralistas têm reunião marcada com o ministro-chefe da Casa Civil, Jacques Wagner, sobre a questão.

A ideia é destravar a desconfiança do Executivo, temeroso de que essas aquisições de terras por multinacionais ferem a soberania nacional, incentivam a exploração indevida da Amazônia, encarecem o preço da terra no país, e ainda podem dificultar a compras de propriedades pelo Estado brasileiro destinadas à reforma agrária.

Uma autoridade do governo, que lida diretamente com assuntos fundiários mas preferiu falar em condição de anonimato, considera o limite de 100 mil hectares "muito grande" e ainda revela que um dos pontos de maior resistência entre os órgãos do Executivo que participam das conversas é que o projeto de lei em análise não determina nenhum limite de área por município ou limite de área possível de estrangeiros de mesma nacionalidade em um mesmo município.

A Lei que regulamenta aquisições de terras por estrangeiros determina que no máximo 10% do mesmo território podem ser ocupados por estrangeiros nascidos em um mesmo país, por exemplo.

Atualmente existem basicamente dois grupos de trabalho discutindo o tema no governo. Um dentro da Pasta da Agricultura, com autoridades do Executivo e do setor privado, e outro formado apenas por técnicos de ministérios. Em ambos, porém, a falta de consenso vem emperrando o avanço da proposta de lei.

Comunidade quilombola recebe posse de terras no Ceará – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 14/12/2015

O território quilombola de Sítio Arruda, no município de Araripe, região do Cariri, será o primeiro regularizado no Ceará. A superintendência regional do Incra no estado recebe na manhã da próxima terça-feira (15) a posse de dois imóveis rurais, com área total de 334 hectares, que asseguram a regularização fundiária. Estas serão as duas primeiras áreas no estado com imissão na posse em benefício de famílias remanescentes de quilombos.

O ato abre caminho para entrega do título definitivo de domínio coletivo do território à comunidade, em uma ação de reconhecimento do Estado ao direito das 34 famílias quilombolas de Sítio Arruda de permanecerem nas terras onde firmaram raízes e manifestam sua cultura.

Além de contribuir para o resgate da identidade étnica das famílias remanescentes de quilombo e de garantir a posse da terra, a titulação dos territórios amplia o acesso a diversas políticas públicas, como créditos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), comercialização da produção por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), assistência técnica, entre outras.

É o que deseja José Lourenço, um dos jovens da comunidade. "Espero que essa regularização facilite mais a vida da comunidade, que está muito apertada, que venha a desenvolver mais nossa comunidade, trazer melhoria aqui pra nós" disse. Antes mesmo da titulação chegar, Sítio Arruda já começa a receber benefícios. Uma escola padrão do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) está sendo construída na comunidade, com quatro salas de aula.

Entenda a Regularização de Territórios Quilombolas

As comunidades quilombolas são grupo étnicos, com predominância na população negra rural ou urbana, que se autodefinem a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias. O Decreto 4.887/2003, regulamenta o procedimento para regularização dos territórios quilombolas, a partir do que está definido na Constituição Federal de 1988, no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O decreto delegou ao Incra a competência para delimitar as terras dos remanescentes de quilombos, bem como a determinação de suas demarcações e titulações. A Fundação Cultural Palmares, órgão vinculado ao Ministério da Cultura tem a responsabilidade de emitir o certificado de autoreconhecimento das comunidades.

Assentados gaúchos colhem 45 toneladas de amora preta no primeiro mês de produção – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 15/12/2015

Cerca de 45 toneladas de amora preta foram colhidas durante o primeiro mês da safra em assentamentos das regiões Noroeste e Nordeste do Rio Grande do Sul. A expectativa dos produtores e da equipe de assistência técnica é chegar a 85 toneladas até o final da colheita da fruta, em janeiro de 2016.

Ao todo, o cultivo da amora preta ocupa uma área de 15 hectares, sendo 10 nos assentamentos estaduais Nova Estrela e Nova Batalha, localizados no município de Vacaria, e cinco no assentamento Três Pinheiros, em Sananduva.

Em Vacaria, de 20 a 25 famílias se envolvem com o plantio. Elas representam cerca de 25% dos produtores do município, que é considerado um dos maiores do país. Em Sananduva, 12 assentados também se dedicam à produção.

O pomar da família de Luís Sancigolo, no assentamento Três Pinheiros, tem pouco mais de meio hectare, onde estão plantados 3,5 mil pés de amora em produção, mais 1,8 mil mudas em preparação para o próximo ano. Desde novembro, já foram colhidas 2,75 toneladas da fruta. O agricultor espera superar a safra passada (de 4,5 toneladas), quando foi sua primeira experiência. “É mais vantajoso para a nossa saúde, porque não usa produto químico. Também não é muito caro, por isso rende financeiramente”, conta Sancigolo.

Segundo o agricultor, ao final da colheita o rendimento é de aproximadamente R\$ 13 mil. Apesar da queda nos preços, Sancigolo acredita que o valor pago será de R\$ 2 a R\$ 2,30 o quilo da amora. O primeiro pagamento (referente a 40% do total) ocorre em 20 de dezembro.

Toda a produção é entregue diretamente a uma empresa de Vacaria, que recolhe as frutas no lote a cada três dias. Sancigolo é responsável por uma câmara fria com capacidade de 10 toneladas (disponibilizada pela compradora), que acondiciona também a colheita dos vizinhos.

Por ser uma fruta altamente perecível e de rápido amadurecimento, a família chega a colher 400 quilos de amora por dia. Hoje, Sancigolo conta com a ajuda da esposa e da filha, mas no ano passado precisou contratar 14 pessoas para auxiliar na colheita.

Alternativa

A plantação de amoras foi incentivada pela equipe de assistência técnica contratada pelo Incra/RS, que acompanha os referidos assentamentos. De acordo com o assessor técnico Ezequiel Martins, do Centro de Tecnologias Alternativas Populares (Cetap), a cultura surgiu como proposta à diversificação da produção. Por ser uma atividade viável economicamente, permite agregar valor em pequenas áreas.

Martins ressalta, ainda, que o cultivo de pequenas frutas contribui para a transição da agricultura convencional a modelos agroecológicos. “A amora é um dos produtos mais fáceis de se produzir de forma orgânica. É uma cultura muito simples: sua rusticidade facilita para as famílias”. Os pomares também absorvem a mão-de-obra familiar.

Produtores de meio hectare da variedade tupi, o casal Pedro e Verônica Chiele (do assentamento Nova Batalha) explica porque o manejo intensivo justifica o emprego de toda família.

Um dos momentos mais trabalhosos ocorre em julho e agosto, quando os agricultores realizam a poda e amarra dos galhos - extremamente espinhosos - nas espaldeiras (estruturas nas quais os arbustos são amarrados). Agosto e novembro são os períodos das roçadas realizados no intuito de deixar a lavoura em condições de facilitar a colheita que dura de novembro a janeiro e é seguida da retirada dos galhos secos.

"Reforma agrária é prioridade", reafirma Patrus. Ranyelle Andrade. Site do MDA. 16/12/2015

Aplausos, pessoas emocionadas e palavras de ordem em defesa da democracia. Foi dessa forma que o ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias, foi recebido nesta quarta-feira (16), na 1ª Jornada de Agroecologia da Frente Nacional de Luta, Campo e Cidade (FNL), em Araçatuba, no interior de São Paulo. Durante o encontro, Patrus recebeu apoio das lideranças do movimento, falou sobre a necessidade de refletir sobre o atual momento político, reforçou o compromisso do ministério com a reforma agrária e explicou como a pasta está trabalhando para alcançar esse objetivo.

"No próximo ano, teremos no ministério uma sala de situação. O intuito é montar uma equipe, com os melhores profissionais, para trabalhar incansavelmente, e exclusivamente, com o propósito de assentar, de maneira digna, todas as famílias que hoje vivem acampadas. E transformar os assentamentos em espaços produtivos e de vida. Essa é nossa prioridade", destacou.

O ministro também aproveitou o evento para fazer uma retrospectiva sobre as conquistas obtidas pelos agricultores familiares nos últimos anos. De acordo com Patrus, os desafios e êxitos alcançados por quem vive no campo ficaram mais evidentes depois que ele passou a "pegar estrada para conhecer empreendimentos da agricultura familiar e visitar assentamentos da reforma agrária" no âmbito do projeto Territórios em Foco.

"Vejo que somos um país belíssimo, com riquezas naturais e muitos recursos hídricos. Temos mais de 200 milhões de brasileiros dispostos a construir uma grande nação. E vejo também que pessoas que viviam em condições muito difíceis, hoje conseguem produzir o ano inteiro porque existem políticas públicas para elas", salientou.

Claudemir Novaes, líder da FNL na região, apresentou as reivindicações dos participantes - que pedem mais agilidade na regularização fundiária no município - e lembrou a importância de lutar em favor da democracia no dia a dia. "Não podemos deixar que a democracia, que é tão jovem em nosso país, acabe. Porque é ela que nos dá voz".

Outras atividades

O dia de trabalho começou cedo para o ministro do Desenvolvimento Agrário, Patrus Ananias. A agenda em Araçatuba começou antes mesmo do café da manhã, com um encontro com o prefeito em exercício no município, Carlos Hernandez, e agricultores familiares da região. Logo em seguida, o ministro visitou o acampamento Adão Preto, onde foi recebido com farta mesa de café da manhã. Tudo preparado com produtos da reforma agrária.

Para o líder do movimento José Rainha, a iniciativa simboliza o comprometimento do ministro com a causa da reforma agrária. "Não é todo ministro que tem essa sensibilidade, de conhecer de perto as necessidades do povo, de dividir a mesa com a gente", observou.

“Está em curso um ataque deliberado contra os povos indígenas”, afirma secretário do CIMI. Site do MST. 17/12/2015

Além da violência física contra os povos indígenas, os ruralistas abriram recentemente duas CPIs para investigar o CIMI, a Funai e o Incra.

No último período muitos ataques têm sido feitos aos direitos indígenas e quilombolas em todo o país. Deputados federais da bancada ruralista conseguiram criar e controlar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Fundação Nacional do Índio (Funai), que investigará também o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Para parlamentares contrários à PEC 215 – que pretende transferir do Executivo para o Legislativo a palavra final sobre a demarcação de terras indígenas -, a nova CPI não passa de um instrumento de pressão para aprová-la, e faz parte de um processo de ataques aos direitos indígenas e dos povos tradicionais estabelecidos pela Constituição de 1988. Em entrevista à Página do MST, o Secretário Executivo do Conselho Indígena Missionário (Cimi), Cléber Buzzato, fala sobre os interesses congressistas por trás das comissões de inquérito e, quem de fato, ela visa beneficiar. Para ele os parlamentares pretendem usar estas CPIs como instrumentos para atender aos seus próprios interesses políticos e aos interesses econômicos das empresas que financiaram as suas campanhas eleitorais.

“Os ruralistas representam e defendem os interesses financeiros dos grandes conglomerados empresariais, de capital nacional e internacional, do agronegócio que se fortaleceram nos últimos anos, inclusive com subsídios do Estado brasileiro”, afirma.

Confira a entrevista:

Nos últimos meses foram abertas duas CPIs em relação à demarcação de terras indígenas: a CPI do Cimi, em MS, e a CPI do Incra/Funai. O que elas dizem querer investigar?

No caso da CPI do Cimi, os fazendeiros, que também são deputados estaduais, estão investigando se o Cimi "instiga" e financia as ações de retomada realizada pelos povos indígenas no estado do Mato Grosso do Sul. No caso da CPI da Funai/Incra, os ruralistas dizem que querem investigar a fraude na elaboração de relatórios de identificação de terras indígenas, titulação de terras quilombolas e em processos de desapropriação de terras para reforma agrária.

Quais seriam os propósitos por trás da instauração dessas CPIs?

Os ruralistas pretendem usar estas CPIs como instrumentos para atender aos seus próprios interesses políticos e aos interesses econômicos das empresas que financiaram as suas campanhas eleitorais. A bancada ruralista é ampla e suprapartidária. Podemos citar alguns dos seus membros mais radicais, a saber, o Dep. Luis Carlos Heinze (PP/RS), Dep. Alceu Moreira (PMDB/RS), Dep. Valdir Colatto (PMDB/SC), Nilson Leitão (PSDB/MT), Nelson Marquezeli (PTB/SP).

Juntos, o colegiado que fará parte da Comissão de Investigação recebeu mais de R\$ 9 milhões de empresas e empresários do setor agropecuário nas eleições de 2014. Isso posto, quem são os nomes por trás da CPI e quem de fato ela pretende beneficiar?

O que está em curso no país é um ataque deliberado, generalizado e violento contra os povos indígenas, quilombolas, camponeses e seus direitos. Estes ataques são desferidos pelos ruralistas diretamente contra as comunidades e lideranças (como no caso em que

resultou no assassinato do líder Simeão Vilhalva, em agosto de 2015, no MS), contra os seus direitos (por meio da PEC 215/00, por exemplo), contra os aliados dos povos na sociedade brasileira (CPI do Cimi na Assembleia Legislativa do MS) e contra os órgãos públicos do Estado brasileiro que tem responsabilidades constitucionais quanto à demarcação de terras indígenas, bem como, quanto à titulação de terras quilombolas e a realização da Reforma Agrária no país (por meio da CPI da Funai/Incra na Câmara dos Deputados).

No último período temos visto o acirramento de conflitos entre indígenas e fazendeiros, a tentativa de se avançar a PEC 215, processos de demarcações estão paralisados, sem falar das duas CPIs. O que explicaria essa ofensiva de setores do agronegócio sobre as terras indígenas?

O Capital não aceita fronteiras para sua expansão e acúmulo. Os ruralistas representam e defendem os interesses financeiros dos grandes conglomerados empresariais, de capital nacional e internacional, do agronegócio que se fortaleceram nos últimos anos, inclusive com subsídios do Estado brasileiro, e agora usam essa força acumulada neste ataque em curso na tentativa de se apossar, explorar, gerar e acumular capital sobre as terras dos povos originários.

"Essa é uma vitória das famílias do MST, da Reforma Agrária e da Agroecologia". Site do MST. 17/12/2015

O recurso solicitado pelo proprietário José Antônio Barbosa Lemos, também sócio-proprietário da rádio Campos Difusora, pedia a suspensão da imissão de posse concedida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Segundo Mariana Trotta, advogada do MST e membro do Centro de Assessoria Popular Mariana Criola, o juiz decidiu, na ação civil pública, pela viabilidade do assentamento e mantém as 54 famílias na região. Para Nivia da Silva, da Direção Estadual do MST, o relatório técnico interinstitucional e interdisciplinar entregue ao juiz, além das adesões de diversas entidades parceiras do assentamento, que entregaram ofícios de apoio, foram cruciais para o juiz julgar a ação.

“Devemos agradecer aos parceiros professores e pesquisadores do Pólo Universitário de Rio das Ostras; da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da Faculdade Salesiana de Macaé; Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro e Universidade do Estado do Rio de Janeiro - (URRJ São Gonçalo), as redes de consumidores agroecológicos, e a toda população que apoiou a defesa desta comunidade, que reconhecem a seriedade das famílias com o desenvolvimento do PDS”, ressaltou.

A dirigente estadual explicou ainda que o relatório continha informações sociais, ambientais e econômicas sobre a área e a produção das famílias do assentamento. “Ele serviu para fazer um contrapeso ao laudo emitido pelo Ministério Público Federal, que não levou em consideração o fato do assentamento ter como base a produção agroecológica, biodiversa e a necessidade, portanto, de ter outros parâmetros de avaliação que não a produção convencional do agronegócio”, afirmou. De acordo com Nivia, as famílias assentadas no Osvaldo de Oliveira que, desde o período de acampamento em 2010, já passaram por quatro despejos, sendo o último com extrema violência são de luta e resistência. “A resistência das famílias contribuiu para consolidação de um assentamento tão importante para região hoje”, afirmou. “A insegurança socioeconômica e alimentar que essas famílias iriam viver, caso sofressem

esta reintegração de posse, também sensibilizou o juiz”, refletiu Nivia. E finalizou, “essa é uma vitória das famílias do MST, da Reforma Agrária e da Agroecologia”

CMN prorroga prazo para formalizar renegociação de débito fundiário – Valor Econômico. 17/12/2015

Atendendo pedido do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Conselho Monetário Nacional (CMN) decidiu prorrogar de 31 de janeiro de 2015 para 31 de dezembro de 2016 o prazo para formalização da renegociação das parcelas vencidas de operações de crédito fundiário vencidas até 31 de dezembro de 2012. Segundo nota divulgada pelo Ministério da Fazenda, essas operações são do Fundo de Terras e da Reforma Agrária.

Além disso, o CMN estabeleceu o novo prazo de entrega da documentação necessária para a formalização da renegociação, que é de até 30 de junho de 2016, excepcionalmente, para os mutuários que realizaram o pagamento da amortização mínima obrigatória no prazo previamente estabelecido e permitiu a inclusão na renegociação das parcelas vincendas até a data da formalização.

Projetos de Lei do Senado visam adequar Leis Trabalhistas urbanas aos Trabalhadores Rurais – CNA. 17/12/2015.

Brasília (17/12/2015) – Direito a folga, transporte e realização de horas extras diárias. Benefícios previstos na Constituição Federal, mas que não trazem o tratamento diferenciado à atividade no campo, devido às suas peculiaridades. Para adequar os direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais, dois projetos de lei do Senado, o PLS 208/2012 e 627/15, foram aprovados no dia 8 de dezembro na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

O PLS 208/2012 regulamenta variados aspectos do dia a dia do trabalhador rural, incluindo folga e transporte. O 627/2015 estende para todos os trabalhadores do setor a possibilidade de realização de até quatro horas extras diárias em momentos críticos da agricultura.

Para a Assessoria Jurídica da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), ambos os projetos são convergentes e vem de acordo com os trabalhos promovidos pela Casa. “Somos favoráveis a aprovação dos projetos. A legislação que rege o trabalho rural, a Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, já se ressentiu de certa ineficácia, sendo incompatível com os novos modos de produção agrícola”, observa o assessor jurídico da CNA, Eduardo Queiroz.

Além disso, observa Queiroz, embora a Constituição Federal tenha instituído uma igualdade formal entre empregados urbanos e rurais, há uma série de dispositivos que oferecem tratamento diferenciado aos trabalhadores, tomando como referência o meio em que realizam o trabalho.

O assessor jurídico acrescenta que é importante considerar o trabalho em ambiente rural segundo sua sazonalidade. “Determinadas épocas podem exigir um razoável prolongamento da jornada diária, a serem minuciosamente delimitadas por meio de negociação coletiva e, naturalmente, remuneradas com o acréscimo devido às horas extraordinária”, frisou.

De acordo com o senador Blairo Maggi (PR/MT), autor do PLS 208, a finalidade do projeto é dar dinamismo ao setor primário, para que mais empregos e oportunidades sejam criados. “É impossível adequar realidade urbana para a realidade rural”, afirmou.

Entre as modificações, o projeto prevê a duração de oito horas diárias de trabalho. No caso de jornada contínua superior a seis horas, o trabalhador deverá ter um descanso para alimentação e repouso, de acordo com o uso e costumes do local da prestação do serviço e com as condições climáticas adversas, que podem colocar a saúde do empregado em risco.

O texto também prevê que será permitida extensão da jornada diária do trabalho – até o limite de 12 horas - em caso de força maior ou causas acidentais, tendo por finalidade a execução de serviços inadiáveis, como nos períodos de safra, por exemplo. Além disso, o PLS 208 busca resguardar os produtores rurais que fornecem transporte a seus funcionários.

Já o PLS 627/2015, trata especificamente de disciplinar as horas extraordinárias no trabalho rural. O texto de autoria do senador José Medeiros (PPS/MT), estende para todos os trabalhadores do setor a possibilidade de realização de até quatro horas extras diárias em momentos críticos da agricultura, como plantio, colheita e períodos de chuva. A jornada de trabalho de até 12 horas diárias já vale para tratoristas e operadores de máquinas agrícolas desde a edição da Lei 13.154/2015, que teve origem na Medida Provisória 673.

Inkra recebe posse de imóveis para primeira titulação de território quilombola no Ceará – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 17/12/2015

A Superintendência Regional do Incra no Ceará recebeu a posse de dois imóveis rurais que serão destinados à criação do território quilombola de Sítio Arruda, no município cearense de Araripe – localizado no extremo Sul do estado e distante cerca 530 km da capital Fortaleza -. A comunidade na região do Cariri é a primeira remanescente de quilombos no estado a receber a posse de suas terras. O ato de transmissão de domínio das áreas ao Incra foi realizado na comunidade, na manhã de terça-feira (15).

A comunidade lotou uma das seis salas da escola padrão do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em construção no local, para presenciar o oficial de justiça entregar formalmente a posse da área ao Incra/CE, concluindo processos de desapropriação em benefício de 34 famílias quilombolas, futuras detentoras de 334 hectares do município.

O fato histórico de ser a primeira comunidade a receber suas terras foi destacada pelo jovem José Lourenço, escolhido orador de Sítio Arruda. “A comunidade se orgulha por ter recebido esse título, de ser a primeira comunidade beneficiada com a posse de suas terras no Ceará”, disse, ressaltando ainda o trabalho da autarquia. “Desde 2010 que o Incra luta para realizar nosso sonho e hoje ele está realizado”.

Representantes das famílias assinaram como testemunhas o Auto de Imissão de Posse, documento que formaliza a destinação das áreas para a autarquia. Segundo o superintendente do Incra/CE, Roberto Gomes, o ato pode contribuir para fortalecer a regularização de territórios quilombolas no Ceará, a partir da percepção de outras comunidades acerca do momento histórico vivido em Sítio Arruda. “Esse momento tem uma força concreta inimaginável e, com certeza, outras comunidades vão olhar para Sítio Arruda e dizer ‘é possível’, nosso povo negro pode conquistar terra”, disse.

Responsável pelo estudo antropológico que reconheceu as famílias como remanescentes de quilombos, José da Guia Marques, lembrou as origens de Sítio Arruda. Segundo ele, a comunidade é formada a partir de três famílias negras, originadas de escravos vindos do município de Cabrobó, em Pernambuco, e da Chapada do Araripe e região dos Inhamuns – estas últimas no Ceará mesmo.

Após Abolição da Escravatura – por meio da Lei Imperial n.º 3.353, mais conhecida como Lei Áurea, sancionada em 13 de maio de 1888 -, as famílias fixaram morada em uma localidade no município de Araripe, onde trabalhavam em uma propriedade rural vizinha sob condição de semi-escravidão. Com a venda da propriedade e das terras onde vivia, a comunidade migrou para Sítio Arruda, pequena área adquirida pela comunidade na década de 80. “Com os dois imóveis desapropriados, onde as famílias costumavam trabalhar, a comunidade agora tem uma área maior para se reproduzir, morar e produzir”, disse.

O orgulho da comunidade no resgate de sua história esteve exposta na mesa de autoridades. O Certificado de Autorreconhecimento emitido pela Fundação Palmares, preservado em uma moldura, dividia espaço na mesa com o Relatório de Identificação e Delimitação do Território (RTID), produzido pelo Incra/CE para identificar a comunidade quilombola e o tamanho de seu território, além de trabalho fotográfico produzido com apoio da Prefeitura Municipal local com imagens da comunidade e biografias das matriarcas e patriarcas de Sítio Arruda.

O futuro

Em um primeiro momento, as famílias vão receber um Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU), que autoriza a comunidade a fazer uso das suas terras. O passo seguinte é a entrega do título de propriedade coletivo do território. O Incra/CE pretende orientar as famílias no estágio inicial de instalação no território, além de discutir com parceiros projetos para desenvolvimento social e econômico dos quilombolas. “Vamos fazer uma oficina de gestão e planejamento com vocês”, disse Gomes.

A cerimônia de imissão de posse na comunidade contou com a presença das principais autoridades do município, representantes do governo estadual, da igreja, de organizações não governamentais, trabalhadores rurais e comunidades quilombolas da região.

Participaram do evento o prefeito eleito Giovani Guedes, o vereador João de Vilma, representando o prefeito interino, a ex-ouvidora agrária do Incra/CE e representante do Governo do Estado, Íris Tavares, da coordenadoria de política de promoção racial do Governo do Estado, Raimundo Silva (Sula), o presidente da Câmara Municipal de Araripe, Roberto Guedes, Verônica Neuma, do Grupo de Valorização Negra do Cariri (Grunc), além de Manoel Leandro do Nascimento, da Cáritas Diocesano, Alda Ferreira, da Associação Cristã de Base, e o presidente do Sindicato Rural de Araripe, Pedro Rocha.

Portaria de Reconhecimento

Durante o evento o Incra/CE entregou ao representante da comunidade quilombola de Serra das Chagas, João Damião do Nascimento, uma cópia da Portaria de Reconhecimento da comunidade, publicado pelo Incra no Diário Oficial da União do último dia 30 de novembro. A Portaria beneficia 32 famílias de Salitre, município vizinho a Araripe.

Além do Reconhecimento de Serra das Chagas, áreas dos territórios quilombolas de Três Irmãos e Brutos, localizadas nos municípios de Croatá e Tamboril, foram decretadas pela presidente Dilma Roussef como passíveis de desapropriação no último dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra. “Estivemos nas comunidades de Brutos e Três Irmãos para entregar os decretos, com ampla participação do poder público e de organizações civis dos municípios”, destacou Gomes.

Terras de Quilombo. Estocagem de cebolas em quilombo gaúcho. Gabriella Bontempo. Site do MDA. 21/12/2015

“A união faz a força”. O ditado representa bem a nova realidade para as comunidades quilombolas do Sul do país. Foi formalizada a primeira cooperativa estadual que reúne grupos no Rio Grande do Sul, a Terras de Quilombo.

A iniciativa vai viabilizar o acesso das comunidades produtoras de alimentos a novos mercados de comercialização. A cooperativa reúne 22 comunidades quilombolas de quatro municípios. A sede será em Morro Redondo, a 296 quilômetros de Porto Alegre.

Para o coordenador-geral de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Edmilton Cerqueira, a criação da cooperativa é um marco histórico para o Rio Grande do Sul.

“A entidade deve contribuir para ampliar o cultivo, a colheita, o beneficiamento, a comercialização desse grupo específico da agricultura familiar – as comunidades quilombolas – que vem ampliando a comercialização por meio de ações de inclusão produtiva em todo o estado”, destacou.

“Aproximadamente 75% dos alimentos que estão nas mesas dos brasileiros vêm da agricultura familiar. As comunidades quilombolas têm importante contribuição nesse processo e com a cooperativa, a produção de alimentos no país será ampliada ainda mais”, destaca Edmilton.

Segundo o coordenador-geral da Federação das Associações das Comunidades Quilombolas do estado (FACQ/RS), Antônio Leonel Soares, a iniciativa ganhou mais força ainda depois que o Grupo Hospitalar Conceição (GHC) abriu o primeiro edital para compra de produtos de comunidades quilombolas, em 2015.

“A iniciativa do GHC foi muito importante, motivou as comunidades que produziam e não tinham como escoar a produção. Com esse edital a gente achou um mercado certo. Dessa forma, podemos planejar e ter uma renda melhor para as famílias”, afirmou.

Experiência inédita

O GHC foi a primeira instituição pública a comprar alimentos produzidos em comunidades quilombolas, com a identificação de origem do Selo Quilombos do Brasil. Em média, são produzidas 270 mil refeições por mês para os pacientes, acompanhantes e funcionários do grupo.

Na primeira chamada, foram adquiridas quatro toneladas de alimentos produzidos em cinco comunidades quilombolas. Agora, a expectativa é que sejam compradas 146 toneladas de alimentos – um investimento superior a R\$ 500 mil que beneficiará mais de 60 comunidades gaúchas.

“Para esses grupos, a compra institucional representa autonomia econômica. Essa é uma ação afirmativa de inclusão das comunidades quilombolas que produzem alimentos, que

não tinham oportunidade de comercialização e ficavam sem visibilidade”, ressaltou a quilombola e representante da Participação Cidadã do GHC, Vera Beatriz Cruz.

Saiba mais

O Grupo Hospitalar Conceição (GHC) é formado por três hospitais, além de uma Unidade de Pronto-Atendimento (Upa), 12 postos de saúde, três Centros de Atenção Psicossocial (Caps), um Consultório de Rua e o Centro de Educação Tecnológica e Pesquisa em Saúde – Escola GHC.

O edital também está inserido no programa Brasil Quilombola, coordenado pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), que tem um dos eixos voltados à inclusão produtiva das comunidades.

A ampliação do projeto do GHC contou com a parceria do MDA, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Incra, Fundação Palmares, Federação Quilombola do Rio Grande do Sul e Emater-RS.

Reforma agrária é prioridade da juventude brasileira. Tássia Navarro. Site do MDA. 22/12/2015

No último dia 18, a Arena de Debates "Juventude: Consumo e Produção Sustentável para mudar o campo, a cidade, as florestas e as águas" contou com a participação do teólogo Leonardo Boff

A 3ª Conferência Nacional de Juventude, realizada neste mês de dezembro, em Brasília, garantiu resultados importantes para a efetivação e a ampliação dos direitos dos jovens do campo, das águas e das florestas. Presente desde as etapas territoriais até a etapa nacional, a juventude rural conseguiu aprovar como uma das três propostas prioritárias para a juventude brasileira “ampliar e acelerar o processo de Reforma Agrária e regularização fundiária, bem como reconhecimento e demarcação de terras de povos e comunidades tradicionais, em especial das terras indígenas e quilombolas”.

Três eixos foram contemplados na definição das propostas prioritárias: Segurança, Território e Participação. Além das prioritárias, mais 99 sugestões foram aprovadas dentro dos 11 eixos do Estatuto da Juventude. Dessas, 25 são referentes a jovens agricultores familiares, camponeses e de povos e comunidades tradicionais, com destaque para a resolução para que as Escolas Famílias Agrícolas se tornem ofertantes do Pronatec Campo e que se garanta o financiamento público para a sua manutenção e ampliação. Garantir o fortalecimento da agroecologia e de combate ao uso de agrotóxicos, a partir de políticas sociais para jovens da agricultura familiar, também está dentro das proposições aceitas.

Na avaliação da assessora de Juventude do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Luiza Dulci, esse resultado fortalece a luta dos diferentes segmentos da juventude da agricultura familiar e da reforma agrária pela promoção da sucessão rural. “É preciso superar a visão equivocada de que o campo não combina com qualidade de vida. Um Brasil socialmente e ambientalmente justo, com um novo padrão de produção e consumo sustentáveis, só é possível com jovens agricultores e agricultoras familiares e camponeses vivendo, produzindo no campo e conservando nossas riquezas naturais”, ressalta.

As propostas priorizadas na conferência se tornarão as resoluções da 3ª Conferência Nacional de Juventude e terão por objetivo nortear as ações do governo para os próximos anos.

Participação

Nos quatro dias de conferência, entre os diversos espaços de debate da juventude rural, dois tiveram um papel de destaque na promoção de pautas do rural e na organização dos diferentes segmentos de suas juventudes. No último dia 18, a Arena de Debates "Juventude: Consumo e Produção Sustentável para mudar o campo, a cidade, as florestas e as águas" contou com a participação do teólogo Leonardo Boff, da militante do Movimento dos Atingidos por Barragens, Letícia Oliveira, e da coordenadora geral de Apoio a Gestão Territorial da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do MDA, Elisa Guaraná. O debate foi em torno do papel da juventude da agricultura familiar na construção de um modelo de sociedade sustentável do ponto de vista ambiental e social.

No mesmo dia, a plenária autogestionada da juventude rural contou com a participação da Assessoria de Juventude do MDA, Luiza Dulci, na discussão sobre as propostas prioritárias da juventude do campo, das florestas e das águas e preparação para a plenária final.

Incra/RO e Sedam intensificam ações para inscrição de lotes de assentamentos no CAR – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 22/12/2015

A superintendência do Incra em Rondônia e a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (Sedam/RO) firmaram termo de cooperação técnica para intensificar a inscrição de lotes dos projetos de assentamento da reforma agrária no Cadastro Ambiental Rural (CAR).

A parceria resultou na cessão provisória de três veículos para apoiar o Incra na ação, sendo uma camionete com tração 4x4 e duas motos adequadas para estradas rurais, adquiridas pelo Programa de Desenvolvimento Socioeconômico Ambiental Integrado - PDSEAI, com recursos do Fundo Amazônia gerido pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

As chaves foram entregues nesta segunda-feira (21) ao superintendente do Incra, Luís Flavio Carvalho Ribeiro, pelo secretário de Estado do Desenvolvimento Ambiental, Wilson Machado, e seu adjunto, Francisco de Sales. “Temos que unir os esforços dos dois órgãos para efetivar até a data limite o cadastramento de todos os imóveis rurais”, afirmou o secretário.

O prazo para inscrição no CAR termina em maio de 2016. A partir dessa data, as instituições financeiras somente concederão crédito agrícola aos titulares de imóveis rurais que tenham feito sua inscrição.

De acordo com Luís Flávio Ribeiro serão muitos os benefícios para as famílias assentadas que regularizarem suas parcelas no CAR. “A regularidade ambiental dos lotes proporcionará, além da legalidade, o acesso a várias políticas públicas como créditos para o incremento da produção. Além disso, a possibilidade de realizar planos de manejo florestal abrirá novas perspectivas produtivas nos assentamentos”. O superintendente ressaltou que a sustentabilidade ambiental será o foco do órgão em 2016, por meio do Programa Assentamentos Verdes (PAV).

Obrigatoriedade e benefícios

O CAR foi instituído pelo Novo Código Florestal (Lei 12.651/2012) e é um registro público eletrônico de informações ambientais do imóvel rural, obrigatório para todas as propriedades e posses rurais no território nacional. Fundamental para o monitoramento, o controle e o combate ao desmatamento, o cadastro contém informações sobre o perímetro dos imóveis, áreas de uso restrito e consolidadas, além das Áreas de Proteção Permanente (APPs) e de Reserva Legal.

A inscrição no CAR garante aos beneficiários da reforma agrária e moradores de comunidades quilombolas a possibilidade de regularizar as áreas de proteção ambiental e o acesso a programas de financiamento públicos e privados. O documento deve ser atualizado cada vez que houver alteração em relação à propriedade ou posse do imóvel, assim como qualquer mudança de reserva legal.

Justiça reconhece domínio público de área ocupada por empresa no Paraná – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 22/12/2015

Decisão proferida no último dia 18 de dezembro pelo juiz da 2ª Vara Federal de Cascavel, Leonardo Cacao Santos La Bradbury, reconhece e declara como domínio da União a área ocupada pela empresa Araupel, no município de Quedas do Iguaçu (PR). O imóvel rural denominado Rio das Cobras soma 10,7 mil hectares.

A decisão, em caráter liminar, confirmou a tese, sempre defendida pela União e pelo Incra, da titularidade dominial da União/Incra sobre as terras ocupadas pela empresa Araupel. A Ação Civil Pública nº 5006093-51.2015.4.04.7005/PR, objeto da decisão, foi ajuizada pela Procuradoria da União, Procuradoria Federal Especializada junto ao Incra e Procuradoria Federal do Estado do Paraná, órgãos integrantes da Advocacia-Geral da União.

Os imóveis reconhecidos e declarados de domínio da União são aqueles objeto das matrículas números 547, 2726, 5448, 6503, 9175, 9178, 9191, 10.553 e 13.241, todas do Livro 02 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Quedas do Iguaçu. Na decisão judicial, foi declarada a nulidade de todos os registros imobiliários referentes àquelas matrículas.

No entendimento da Justiça Federal, consta ainda “Determinar o registro de título de domínio da União dos imóveis objeto da presente demanda, bem como a averbação, no título de domínio da União, da concessão onerosa de direito real de uso em favor da requerida em relação aos aludidos imóveis, a qual atua sob condição de a pessoa jurídica manter a área produtiva e o interesse social envolvido, nos moldes supracitados”.

A decisão, portanto, mantém a empresa Araupel na área apenas como usuária, mediante concessão de direito real de uso. Fazendo uma correlação com imóveis urbanos, isto significa que a empresa será apenas inquilina/locatária, devendo pagar a partir de agora pelo uso da terra pública.

A Justiça Federal determina, ainda, que a empresa Araupel adquira, em favor da União, no prazo de 90 (noventa) dias, em local mais próximo do município de Quedas do Iguaçu, área com perímetro de 10,7 mil hectares, equivalente aos imóveis objeto da presente demanda. A aquisição deve ser previamente submetida à União e ao Incra, a fim de manifestarem concordância, após a qual será feito o registro da referida aquisição

em nome da União Federal, a fim de que possa realizar o assentamento das famílias sem terra.

“Foi feita justiça com o resgate de uma área pública que está sendo utilizada de forma indevida por um particular e, assim, poderemos, em breve, assentar em torno de mil famílias”, avalia o superintendente regional do Incra no Paraná, Nilton Bezerra Guedes.

Incra, Polícia Federal e MPF atuam para regularizar assentamentos em Rondônia – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 22/12/2015

Uma ação conjunta entre Incra, Ministério Público Federal e Polícia Federal está sendo realizada em diversos lotes dos assentamentos criados na fazenda Santa Elina, em Corumbiara (RO). O objetivo da ação, realizada desde o dia 17 de dezembro, é a retomada por ocupação irregular ou abandono de lotes da reforma agrária.

Depois da desapropriação para reforma agrária, foram criados na fazenda os projetos de assentamento: Maranată, Maranată II, Zé Bentão, Alzira Monteiro, Renato Natan e Alberico Carvalho, com capacidade para 673 famílias de trabalhadores rurais. O alvo atual da operação são os assentamentos Maranată e Zé Bentão, com a retomada inicial de 11 lotes de processos instaurados.

A ação teve início no Incra em outubro de 2014, após levantamento ocupacional e identificação das irregularidades dentro dos assentamentos e atende à determinação do MPF de Vilhena/RO com o objetivo de corrigir as ocupações indevidas e atender de fato quem pode ser beneficiário da reforma agrária.

Fiscalização

Segundo o superintendente do Incra, Luís Flávio Carvalho, o órgão faz a triagem dos candidatos ao assentamento, porém, após essa fase, algumas irregularidades são constatadas, como o abandono e a comercialização de lotes, o que é crime pela legislação. “Estamos aumentando a fiscalização e recebendo denúncias e em 2016 as ações serão ainda mais intensificadas para atender às exigências da CGU, TCU e MPF. O Incra é o gestor legal dessas áreas e vai atuar com muito rigor para fazer cumprir as normativas”, assegurou.

De acordo com os critérios estabelecidos na Lei nº 4.504/64 (Estatuto da Terra) e Lei nº 8.629/93, para se ter a concessão de um lote de terras em assentamento da reforma agrária, o beneficiário não pode ser funcionário público civil e militar, incluindo o cônjuge, agricultor em que a família possua renda superior a três salários mínimos referentes à atividade não agrícola, comerciante, empresário, ex-beneficiário de terras públicas, condenado por sentença judicial transitada em julgado, com pena pendente de cumprimento ou não prescrita, entre outros.

Os trabalhadores rurais que recebem o lote comprometem-se a morar na parcela e a explorá-la para seu sustento, utilizando exclusivamente a mão de obra familiar. Contam com créditos, assistência técnica, infraestrutura e outros benefícios de apoio ao desenvolvimento das famílias assentadas, pagando após um determinado período pela terra que receberam e pelos créditos contratados. Até que possuam a escritura do lote em seu nome, os beneficiados não poderão vender, alugar, doar, arrendar ou emprestar sua terra a terceiros.

Programa Minha Casa Minha Vida Rural beneficia 68 famílias assentadas no Sertão pernambucano – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 23/12/2015

O Programa Minha Casa Minha Vida Rural beneficiará 68 famílias do assentamento José Almeida, localizado na zona rural de Petrolina (PE). Elas assinaram contrato com a Caixa Econômica Federal na manhã desta terça-feira (22) para financiar a construção de habitações. Cerca de R\$ 2 milhões serão investidos nas obras, que além de beneficiar diretamente os agricultores assentados, vão fomentar a economia local com a contratação de serviços e fornecimento de materiais.

As famílias vão receber uma casa de 51,37 metros quadrados, com três quartos, sala e cozinha conjugados, banheiro e área de serviço, conforme projeto desenvolvido pela própria associação dos agricultores. O valor financiado por moradia é de R\$ 28,5 mil, que inclui aquisição de material e mão de obra. Segundo as regras do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), que integra o Minha Casa Minha Vida, após a contratação os beneficiários têm até 90 dias para iniciar as obras.

De acordo com informação repassada aos beneficiários pelo gerente de habitação da Caixa, Ivambergue Pereira, espera-se que até o próximo Natal todos já estejam em suas casas. O que seria, para a trabalhadora rural Maria de Lourdes de Lima, mais um sonho realizado: “Foram cinco anos embaixo da lona em um acampamento, me ver assentada e a poucos meses de ter a minha casa, sobrevivendo do que gosto que é mexer com a terra, é uma emoção sem tamanho.”

Habitação rural

O Programa Nacional de Habitação Rural é operacionalizado pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Cada família pode financiar até R\$ 28,5 mil reais para construção de casas na região Nordeste.

Do total financiado, cada assentado pagará apenas 4%, em quatro parcelas anuais de, em média, R\$ 280,00. O restante é subsidiado.

Os assentados integram a categoria com maior subsídio dentro do Programa Minha Casa Minha Vida e contam ainda com recursos disponíveis para a reforma de habitações rurais.

O financiamento das casas integra as demais políticas públicas para o desenvolvimento do assentamento implantado pelo Incra, como a instalação de energia elétrica, abertura de estradas, acesso ao serviço de assistência técnica e extensão rural, créditos e outras.

No PA José Almeida, cada agricultor assentado recebeu 16 hectares de área mista (sequeiro e ribeirinha) e acessou recursos do Programa de Crédito Instalação para desenvolvimento de atividades produtivas. Atualmente, as famílias aguardam a implementação do projeto de uma adutora para abastecimento e desenvolvimento de novos projetos produtivos, já que o assentamento está situado às margens do rio São Francisco.

Latifundiário ameaça 150 famílias Sem Terra na Bahia. Site do MST. 26/12/2015

Mais de 150 famílias Sem Terra que estão acampadas na fazenda Camapum, em Baixa Grande, na região da Chapada Diamantina, estão sofrendo constantes ameaças pelo proprietário Fredison Rios. Nesta quarta-feira (23/12), o filho do proprietário foi ao espaço do acampamento e disse que durante a noite colocaria fogo nos barracos com todos os pertences das famílias. Os Sem Terra acusam o fazendeiro de pistolagem,

perseguição e denunciam a improdutividade da área de 1.900 hectares. Desde a última reocupação de terra, realizada após o segundo despejo emitido pelo poder judiciário no mês de setembro, o fazendeiro se utilizou de diversas tentativas de intimidação, segundo as famílias.

Os trabalhadores estão acampados a cerca de dois anos e já estão produzindo diversos alimentos para o próprio consumo e comercialização. Segundo os trabalhadores rurais, o proprietário negligenciou o processo legal de execução da desapropriação da fazenda impedindo a realização da vistoria da área, que poderia constatar se a fazenda está improdutiva ou não.

Território quilombola Cajá dos Negros tem planta final aprovada – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 28/12/2015

Ampliar a representação das comunidades quilombolas, analisar a interface com as demais políticas públicas e promover um planejamento que aponte as resoluções de curto, médio e longo prazos para os processos em andamento. Estes foram os principais encaminhamentos da última reunião do ano da Mesa Permanente de Acompanhamento da Política de Regularização Fundiária de Territórios Quilombolas de Alagoas, que avaliou ainda o trabalho realizado em 2015, além de aprovar a planta final da comunidade Cajá dos Negros. A aprovação da planta é uma das etapas do processo de regularização do território quilombola.

A planta, com 547 hectares, foi apresentada pela antropóloga do Serviço Quilombola da Superintendência Regional do Incra em Alagoas, Queila Brito, como resultado dos trabalhos realizados em setembro e outubro deste ano. A superintendente do Incra/AL, Lenilda Lima, reafirmou a importância do fortalecimento interno da comunidade na continuidade do processo de regularização fundiária. "Há ainda necessidade de outras políticas públicas aliadas à garantia da demarcação do território", completou.

Também estiveram na pauta da reunião o orçamento para realização de relatórios antropológicos em 2016, via edital, e o fortalecimento da relação do Incra com o Ministério Público Federal (MPF), sobretudo no acompanhamento de situações de conflitos. De acordo com o procurador da República, Manoel Gonçalves, é necessário fortalecer as comunidades em relação à reivindicação territorial, com o apoio do MPF. "Já há inquérito em curso na Polícia Federal para apurar ameaças sofridas por quilombolas em virtude de reivindicação de território", afirma. Para prevenir conflitos Gonçalves reforçou a ideia de convidar proprietários de terras a serem desapropriadas para mediações coordenadas pelo Incra e MPF.

A Mesa Estadual Quilombola foi realizada no último dia 7 de dezembro, na Associação Comunitária de Cajá dos Negros, no município de Batalha (AL), e contou com a presença de representantes do Incra, da Fundação Cultural Palmares, da Gerência de Articulação do Gabinete Civil de Alagoas, do MPF, da Polícia Militar de Alagoas e da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (Uncisal). Além de representantes da comunidade Cajá dos Negros, também estiveram presentes na Mesa as comunidades Sítio Lajes, de Piranhas, Puxinanã, de Major Isidoro, e Gameleira e Aguazinha, de Olho D'Água das Flores.

Incra/BA ajuíza nove ações de desapropriação em 2015 – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 30/12/2015

A Procuradoria Federal Especializada do Incra na Bahia ajuizou, na última quarta-feira (23), oito ações da autarquia, nos municípios de Bom Jesus da Lapa e Barra. A nona ação já havia sido ajuizada em outubro, e teve como foco a Fazenda Eldorado, no município de Morro do Chapéu, localizado na Chapada Diamantina.

As áreas somam 17,5 mil hectares de terras e são destinadas à desapropriação para fins de reforma agrária por interesse social. O objetivo é beneficiar 278 famílias de trabalhadores rurais sem terra.

Para o Superintendente do Incra na Bahia, Gugé Fernandes, há possibilidade de cumprir a meta no próximo ano. “A expectativa é que os assentamentos sejam criados ainda em 2016, mas agora depende do Poder Judiciário”.

Processo de criação

O processo de criação de assentamento segue com o ajuizamento da ação, no qual é oferecida indenização em Títulos da Dívida Agrária (TDAs). A etapa seguinte é a abertura de conta judicial pelo Incra, na qual será depositado, em dinheiro, o valor correspondente à indenização.

O próximo passo é a imissão na posse em favor do Incra ou oferecimento de contestação pelo desapropriado. Nesse caso, segue uma perícia judicial. Caso a sentença seja deferida em favor do Incra, é feita a incorporação do imóvel ao patrimônio da autarquia.

Cooperativa de assentados constrói fábrica de rações – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 30/12/2015

Com inauguração prevista para o mês de março de 2016, a Cooperativa Regional dos Assentados da Fronteira Oeste Ltda (Coperforte), com sede em Santana do Livramento (490 km da capital gaúcha), está finalizando a construção de uma fábrica de rações no município, em uma área de 2 hectares cedida pela prefeitura. A estimativa é de processar inicialmente 4 mil sacas por mês e oferecer o produto ensacado e a granel.

“O investimento total para a obra é de R\$ 1,1 milhão, com recursos de 20% da cooperativa e o restante do Fundo de Terras do Estado do RS (Funterra) e Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES)”, menciona Rosi de Lima Costa, tesoureira da Coperforte. Com capacidade máxima de processar 304 toneladas/mês, a cooperativa atenderá principalmente os seus associados, já que a ração é comprada fora da região.

Sergio Masetti Araújo, responsável pela área de rações e insumos, afirma que a fábrica cria a possibilidade de viabilizar toda a cadeia produtiva. “É um mercado promissor por causa da produção de leite e de alimentos de nossos cooperados”, destaca ele.

Ração orgânica

A proposta da direção da cooperativa é de produzir a ração com itens orgânicos. “São os farelos derivados da soja, trigo, milho e do arroz, com fibras da cevada, aveia e sorgo, além de compostos minerais que irão compor o produto”, enfatiza Marcos Antonio dos Santos, técnico agrícola da Coperforte.

A fábrica integra um complexo de unidades que a Coperforte está instalando na área. Já está funcionando um escritório, sala de reuniões e garagem para a frota de 18 caminhões

que recolhe leite dos produtores assentados e de pequenos agricultores familiares da região.

Coordenador
Sergio Leite



Pesquisadores
Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,
Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano,
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior



Assistentes de Pesquisa
José Renato S. Porto

Secretária
Diva de Faria

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214

Fax: 21 2224 8577 - r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa